



Jovens Urbanos

Marcos conceituais
e metodológicos

Coordenação Técnica



Iniciativa





Jovens Urbanos

Marcos conceituais e metodológicos

Fundação Itaú Social e Centro de Estudos e Pesquisas
em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec

Fundação Itaú Social
São Paulo – SP
2013

Iniciativa**Fundação Itaú Social****Vice-presidente**

Antônio Jacinto Matias

Superintendente

Valéria Veiga Riccomini

Gerente

Isabel Santana

Coordenadora do projeto

Fernanda Fragoso Zanelli

Coordenação Técnica**Centro de Estudos e Pesquisas em Educação,
Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)****Presidente do conselho administrativo**

Maria Alice Setubal

Superintendente

Anna Helena Altenfelder

Gerente de projetos locais

Claudia Petri

Coordenador do projeto

Wagner A. Santos

Créditos**Textos**

Iara Haasz

Maria Brant

Melissa Pomeroy

Wagner A. Santos

Leitura crítica

Ana Claudia C. de Arruda Leite

Ana Luiza Mendes Borges

Anna Carolina Bruschetta

Fernanda de Andrade Santos

Fernanda Fragoso Zanelli

Isabel Santana

Lilian L'Abbate Kelian

Luciana Medeiros

Mariana da Mota Medeiros

Rita Carmona Moreira Leite

Projeto, Produção Gráfica e Ilustrações

theSign

FotosAcervo do Programa Jovens Urbanos –
Cenpec e Fundação Itaú Social

Jovens Urbanos

Marcos conceituais e metodológicos

1. Apresentação	4
2. Introdução	6
3. Juventudes	10
3.1 Juventudes e políticas públicas	12
3.2 Formas de organização e expressão das juventudes	19
3.3 Juventudes e desenvolvimento integral	21
3.4 Os jovens e o direito à cidade	24
3.5 Trabalho e juventudes	28
4. Estratégias metodológicas	32
5. Disseminação de tecnologia	74
6. Bibliografia consultada	92
7. Webs de interesse	95

I. Apresentação

O Programa Jovens Urbanos é uma iniciativa da Fundação Itaú Social, realizada com a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e tem como principal objetivo ampliar o repertório sociocultural dos jovens em situação de vulnerabilidade em contextos urbanos, na perspectiva da educação integral.

Para enfrentar as complexas demandas sociais, econômicas e políticas que estão colocadas para as juventudes, o Programa Jovens Urbanos acredita ser necessário construir um novo marco conceitual que amplie o conceito de formação juvenil. Por isso desenvolve, implementa e compartilha processos formativos que consideram a necessidade do desenvolvimento integral dos jovens.

Para isso, investe em processos que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades dos jovens para a vida pública e pessoal, colaborando para a qualificação do acesso ao mundo do trabalho. Além disso, estimula o acesso dos equipamentos e bens culturais e sociais disponíveis na cidade e incentiva a permanência dos jovens na escola, vinculação a novos processos formativos.



Desde 2004, já foram realizadas onze edições do programa nas cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Pouso Alegre (MG) e Serra (ES). Cada uma das experiências trouxe especificidades que contribuíram para o aprimoramento constante da proposta. Durante os últimos oito anos, o Jovens Urbanos formou 4800 jovens e 286 profissionais, envolvendo um total de seis instituições públicas parceiras e 82 organizações da sociedade civil, além de uma extensa rede de instituições que contribuem para a formação ampliada dos jovens.

Esta publicação traz reflexões sobre o contexto das juventudes e as proposições conceituais e metodológicas do programa. Ao final do texto, encontram-se a bibliografia consultada, documentos de referência e outras fontes de informação que podem ser de interesse do leitor. Para maior detalhamento das estratégias de implementação do programa, disponibilizamos também os Manuais de Transferência de Tecnologia Jovens Urbanos, disponíveis no site www.fundacaoitausocial.com.br. Com essas publicações, pretendemos contribuir para o debate e o aprimoramento das políticas e iniciativas voltadas para a juventude no Brasil na perspectiva da Educação Integral.

Boa leitura!

Fundação Itaú Social
Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária



2. Introdução

O Programa Jovens Urbanos aposta na valorização da juventude como momento bastante significativo na história de vida pessoal e no fortalecimento da autonomia dos jovens, para que desenvolvam seu papel de agentes culturais e sociais, participando e construindo a história dos territórios em que vivem. Por isso, dialoga com os contextos e condições das juventudes de diversas cidades brasileiras. É a partir desse diálogo que faz suas proposições de trabalho, mapeando e respeitando as diferenças presentes em cada território e investindo nas potencialidades que emergem em cada contexto social.

O Jovens Urbanos assume a necessidade de pensar ações com a juventude no marco das políticas públicas, incorporando as grandes conquistas desta área na perspectiva de apoiar, fortalecer e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas a partir de uma experiência sólida de trabalho com juventudes. Assim, busca a articulação de tempos, espaços e atores que possam contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens, consolidando o direito a uma vida digna e ao seu pleno desenvolvimento como indivíduos, o que inclui o acesso à saúde, à educação, à cultura, à informação, ao lazer, à participação social, política e econômica.

Os jovens precisam de experiências nos campos cultural, político, econômico e comunitário para obter inclusão social e laboral. As mudanças na configuração econômica e das relações de trabalho das nossas sociedades, aliadas à intensificação tecnológica, trazem cada vez mais a necessidade de ampliação de repertórios para impactar as opções e ações produtivas no mundo do trabalho.

A complexidade que permeia as condições juvenis demanda respostas de múltiplas naturezas e, portanto, de múltiplos atores. Assume-se assim a necessidade de fomentar a criação de redes para intervenção conjunta entre Estado, sociedade civil e agentes econômicos (ou governo, comunidade e mercado), pois as dinâmicas

que geram desigualdades não se resolvem pela ação isolada e requerem esforços planejados e articulados que subvertam a lógica da exclusão. Por isso, o Programa Jovens Urbanos busca criar as condições institucionais, articulando recursos educacionais, tecnológicos e financeiros que viabilizem a emergência da expressão juvenil nas suas dimensões pessoal e coletiva.

O estabelecimento de parcerias estratégicas entre sociedade civil, iniciativa privada e poder público contribui para a elaboração de propostas e ações transversais e articuladas, agregando concepções diversas e contribuindo para a sustentabilidade, qualificação, potencialização e escala das ações. Ainda, a articulação das ações desenvolvidas com o ensino médio e fundamental busca assegurar ganhos de aprendizagem e a conclusão da educação básica. Nesse sentido, essas parcerias se constituem como um processo de aprendizagem democrática.



O programa aposta em uma perspectiva criativa para a inclusão econômica dos jovens, distanciando-se das condições de precariedade e aproximando-se do trabalho capaz de gerar ganhos a longo prazo. Ainda, investe na ampliação de experiências de circulação e apropriação da cidade pelos jovens para diversificar seus campos relacionais e repertórios culturais e afastá-los de situações de vulnerabilidade do confinamento social a que muitas vezes estão subordinados, colocando o direito à cidade como primordial para o trabalho com a juventude. A efetivação desses direitos está relacionada com os processos de formação, experimentação, expressão e construção de trajetórias e projetos de vida dos jovens.

Para concretizar suas proposições, o Jovens Urbanos desenvolve, implementa e compartilha metodologias que promovem processos de formação ampliada e de geração de oportunidades para a juventude. Para a construção de processos locais sustentáveis que tenham como foco o desenvolvimento integral dos jovens, é preciso investir para além desse público específico e das atividades de formação. Assim, grandes esforços se concentram em atividades de transferência de tecnologias de formação, gestão e articulação de rede para os profissionais e organizações participantes de cada edição.



O programa se apoia em três estratégias metodológicas que se articulam para a consecução dos objetivos:

- desenvolvimento de metodologias para a formação de jovens, com foco no desenvolvimento de autonomia, iniciativa, comunicação, sociabilidade e criatividade; projetos de intervenção comunitária que propiciam a participação na vida pública; diálogo com as necessidades e características do mundo do trabalho contemporâneo, suas novas ocupações, modelos e perfis profissionais;
- articulação de uma rede diversificada de oportunidades presentes nas ações do Estado, sociedade civil e agentes econômicos para ampliar as experiências formativas, profissionais e o repertório dos jovens, com base na apropriação da cidade e de diferentes tecnologias;
- formação de profissionais ligados aos territórios e organizações executoras do projeto visando à reflexão sobre a proposta formativa e à construção de capacidades para a articulação de redes locais.



3. Juventudes

As visões da sociedade sobre os jovens são múltiplas, muitas vezes se contradizem, se complementam e se sobrepõem. Os jovens ora são um problema que necessita ser enfrentado, ora um segmento vulnerável que precisa ser objeto de atenção. Podem ser sujeitos protagonistas com direitos e deveres ou potencial força produtora econômica. Coexistem, ainda, as ideias de juventude como fase transitória, como espera da vida adulta ou parte fundamental da trajetória de vida das pessoas.

Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, a condição juvenil não poderia deixar de ser vivida de forma desigual e diversa. As desigualdades, por sua vez, expressam-se de diferentes maneiras. Além dos tradicionais recortes de raça, gênero, orientação sexual e condição econômica que afetam as juventudes transversalmente como reflexo do quadro de desigualdade brasileiro, destacamos ainda impactos dessas desigualdades em condições que reduzem as oportunidades de desenvolvimento integral dos jovens: acesso aos bens e serviços comuns (serviços e equipamentos públicos, cultura, acesso e produção da informação, comunicação e tecnologia), circulação e apropriação da cidade, exposição à violência e situações de vulnerabilidade.

Diante dessa multiplicidade de significados, interpretações e debates que moldam o conceito juventude, é cada vez mais comum encontrarmos a reivindicação do uso do termo juventudes, que anuncia a necessidade de construir definições que reflitam a variedade de maneiras de viver e perceber a condição juvenil, incorporem a diversidade da realidade dos jovens e se formem a partir da sobreposição das dimensões individuais, sociais, culturais, políticas, econômicas.

A desigualdade social que afeta a população brasileira reflete-se de modo perverso sobre a população jovem. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, 27% da população brasileira tem entre 15 e 29 anos. Dentre essa população, 30,4% é proveniente de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e 53,8% provém de famílias com renda familiar per capita entre meio e dois salários. Essa desigualdade incide com particular intensidade (70,8%) no grupo de jovens não brancos.

Entre os 38,4% dos jovens que já constituíram domicílio próprio, as mulheres aparecem como um grupo mais suscetível a situações de vulnerabilidade, pois 47,4% delas pertencem ao grupo cuja renda familiar per capita não ultrapassa meio salário mínimo e 71,2% não estudam nem estão no mercado de trabalho formal. Por outro lado, os jovens do sexo masculino estão mais expostos à violência, 78% das mortes dos jovens brasileiros do sexo masculino são consequência de causas externas (homicídios e acidentes de trânsito). Essa violência afeta especialmente os jovens negros e pardos: a taxa de homicídio neste grupo é duas vezes maior do que entre os jovens brancos (PNAD, 2008).

Com relação à escolaridade, somente 38% dos brasileiros concluem a educação básica

até os 18 anos. Ainda, entre os jovens de 15 e 17 que frequentam a escola, 35,5% deles são economicamente ativos (PNAD, 2005). Ainda, 40% dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos que evadem deixam de estudar simplesmente porque acreditam que a escola é pouco interessante. A necessidade de trabalhar é apontada como o segundo motivo pelo qual os jovens evadem, com 27% das respostas (FGV/IBRE, CPS, 2009).



Esta realidade enfrentada pelos jovens justifica as principais opções do Programa Jovens Urbanos, que atua em territórios vulneráveis articulando suas ações com as escolas públicas e estimulando a permanência dos jovens na escola. A articulação com as políticas públicas de proteção social e trabalho, assim como o fortalecimento e qualificação das redes locais, busca criar condições que reduzam as situações de vulnerabilidade às quais os jovens estão expostos. A articulação da formação voltada para a ampliação de repertório reflete a centralidade da questão da inserção produtiva e a necessidade de geração de oportunidades para os jovens.

3.1 Juventudes e políticas públicas

Os diversos entendimentos sobre juventude têm impacto considerável no processo de construção das políticas públicas. Os significados atribuídos a um conceito constituem e delimitam socialmente o problema ao qual as políticas públicas devem dar respostas, assim como o leque de possíveis alternativas. As políticas públicas formuladas a partir de uma perspectiva, por sua vez, delimitam o espaço de ação e alternativas para os atores sociais envolvidos na questão.



Falar sobre políticas de juventude é algo recente. Ainda que possam ser identificadas iniciativas dirigidas a este segmento desde o começo do século passado, é somente a partir do final da década de 1990 (e mais acentuadamente nos últimos dez anos) que a temática se firma como um problema político central, convertendo-se em pauta relevante da sociedade e da ação governamental.

Nesse sentido, é inegável o papel dos movimentos sociais na conquista das liberdades democráticas e garantias universais de direitos na década de 1980, contribuindo para a construção de uma nova noção de cidadania no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 legitima novos atores a participar da arena pública, fortalecendo o papel da sociedade civil na formulação de políticas e controle social do público; e dos municípios, como unidade descentralizada e autônoma de construção e implantação de políticas públicas.

Nos últimos 15 anos o número de programas e projetos federais voltados para a juventude aumentou significativamente. No período entre 1995 e 2005, por exemplo, o número saltou de 3 para 33 iniciativas (Sposito & Carrano, 2003). No que diz respeito aos conteúdos e focos das políticas, também é observada uma mudança expressiva.

A partir da democratização do Estado Brasileiro, novas dinâmicas e atores passam, progressivamente, a influir sobre a construção da agenda de juventude. Podemos observar cada vez mais políticas e iniciativas que vão além das lógicas do controle social, prevenção de delito e inserção laboral, incorporando respostas mais amplas às questões da juventude, como o direito e o incentivo à participação política e social, à autonomia, ao direito à cultura, ao espaço público e ao meio ambiente, apontando para a importância da inclusão do enfoque de desenvolvimento integral nas políticas de juventude ou outras políticas que afetem os jovens.

Neste cenário, a juventude começa a se configurar como prioridade da atenção das políticas públicas. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) é um marco neste processo de reconhecimento das crianças e de uma parcela dos jovens (os adolescentes) como sujeitos de direito e de demandas políticas. Ainda, em 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), posteriormente materializada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), estabeleceu-se a criação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, do qual surgem também ações na área da adolescência e da juventude como segmento social vulnerável.

Entre 1990 e 2004, iniciativas pontuais começam a colocar a juventude como pauta da ação do executivo e legislativo e, em 2004, observamos o primeiro esforço de trabalho intersetorial do executivo com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial que mapeou e diagnosticou as ações governamentais voltadas para a juventude e propôs metas interministeriais para o segmento. O ano de 2005 é significativo na consolidação da juventude como pauta central da ação governamental, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República; o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), composto por governo e sociedade civil e que tem entre suas atribuições formular e propor diretrizes voltadas para as políticas de juventude; e o ProJovem, que tem como objetivo proporcionar formação integral aos jovens, por meio da associação entre formação básica, qualificação profissional e estímulo à participação cidadã. Vale destacar ainda a realização das duas Conferências Nacionais de Juventude, em 2008 e 2011, que resultaram em intensos processos de diálogo em municípios e estados brasileiros.



Esses processos culminam em 2012, com a consolidação da dimensão legal da política de juventude, com a aprovação pelo Senado Federal do Estatuto da Juventude, resultado do debate entre um amplo espectro de movimentos da sociedade civil – mobilizados pelo Conselho Nacional de Juventude e conferências – e governo federal. O Estatuto da Juventude contém os princípios e diretrizes para o Poder Público criar e organizar políticas para jovens entre 15 e 29 anos.

No âmbito local e regional, também encontramos avanços e desafios no que se refere às políticas de juventude. Assim como no âmbito federal, as últimas décadas foram marcadas pela criação de organismos (secretarias e coordenadorias) focados na implantação de projetos e programas de juventude e espaços de participação institucional abertos à participação juvenil. Entretanto, grande parte dos municípios brasileiros depende de verbas das políticas federais, impossibilitando maior autonomia na formulação dos projetos.



Parte considerável dos programas previstos pelas políticas nacionais se concretiza no âmbito local, que, por sua vez, é o interlocutor que apresenta maior proximidade com movimentos sociais e organizações não governamentais, apresentando condições propícias para iniciativas participativas e criativas. As organizações e movimentos da sociedade civil têm cumprido importante papel, realizando experimentações exitosas e, também, ocupando um espaço importante de fiscalização e cobrança do Estado. Nesse sentido, a participação da sociedade civil, com base no seu acúmulo de conhecimento e prática, na formulação, implementação e controle de projetos, tem demonstrado grande potencial de qualificação substantiva e democrática das propostas do Estado.

Marcos Históricos das Políticas de Juventude no Brasil

1990	1993	1999	2003	2004	2005	2005
Estatuto da Criança e do Adolescente	Lei Orgânica de Assistência Social	Criação do Brasil Jovem	Comissão especial de políticas públicas para a juventude	Plano Nacional de Juventude	Lançamento do ProJovem	Secretaria Nacional da Juventude e Conselho Nacional de Juventude
2008	2008	2010	2010	2010	2011	2012
1º Pacto pela Juventude	1ª Conferência Nacional de Juventude	Aprovação da PEC da Juventude	2º Pacto pela Juventude	Brasil passa a integrar a OIJ	2ª Conferência Nacional de Juventude	Aprovação do Estatuto da Juventude

Mesmo diante dos avanços descritos, as diversas noções sobre juventude coexistem e se veem refletidas nas ações governamentais que ainda se configuram, em parte, como ações pontuais difusas entre os ministérios que contemplam tanto modelos democráticos e participativos, inclusivos e de afirmação de direitos e autonomia dos jovens como modelos de tutela, assistenciais ou exclusivamente voltados para a capacitação do jovem para o mercado de trabalho.



A discussão sobre políticas de juventude inclui também aspectos relacionados à capacidade dos governos de incorporar a participação juvenil na proposição, elaboração e avaliação das políticas e programas. A criação de espaços participativos com capacidade de incidência nas políticas públicas é uma demanda recorrente da sociedade civil, enquanto a abertura à participação juvenil nos espaços participativos tradicionais, por sua vez, é recente.

Mais uma vez nos encontramos em um terreno permeado por diversas concepções que pouco nos ajudam a entender as motivações e barreiras à participação da juventude brasileira. Assumir os jovens como indiferentes ou esperar grande aderência da juventude às formas de participação política tradicionais, como partidos políticos ou espaços de participação institucionalizados (ex. conselhos), não agrega os elementos necessários para entender a complexidade das nuances da participação juvenil e seu papel na construção de uma sociedade democrática. Esses espaços tradicionais tendem a ser percebidos como muito distantes da realidade cotidiana dos(as) jovens (Ribeiro & Lânes, 2006; Safatle, 2012).

Assim como falamos de juventudes no plural, a participação juvenil também se expressa de diversas maneiras, seja através da participação institucional em conselhos e fóruns promovidos pelo poder público local ou nacional, seja através de formas com forte enraizamento na comunidade local e nas relações mais próximas aos jovens, como os centros culturais autogestionados, o associativismo baseado em grupos de orientação religiosa, esportiva e cultural, os coletivos jovens ou grupos relacionados a movimentos identitários (étnicos, gênero, opção sexual, etc.). Ainda, é necessário atentar para a mobilização juvenil em contextos informais e transitórios e para o crescente papel das novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente a internet e as redes sociais.

É a partir do entendimento sobre essa multiplicidade de formas de expressão da participação juvenil que o Programa Jovens Urbanos constrói seu diálogo com as juventudes nos territórios de atuação, buscando apoiar e fomentar a participação dos jovens em suas diversas formas e expressões.

3.2 Formas de organização e expressão das juventudes

A geração atual nasceu em um mundo interconectado e on-line, onde as fronteiras são muito menos tangíveis e as redes em que cada jovem se insere são muito mais amplas, fluidas e acessíveis. Além disso, a internet convida à reflexão sobre a noção dos bens comuns, incluindo também as esferas culturais e digitais¹. A partir da ampliação do acesso às tecnologias digitais, surgem novas formas colaborativas de produção de bens culturais e de informação, nas quais a invenção e a criatividade deixam de assumir apenas uma função comercial.

Nesse contexto emerge a valorização do trabalho coletivo e colaborativo, que permeia a maneira como os jovens se expressam atualmente. Mais do que promover trocas, os jovens hoje usam e reúsam suas próprias produções. Formas inovadoras de reproduzir e disseminar conhecimento são criadas coletivamente e são livremente disponibilizadas para todos. As produções são singulares e ao mesmo tempo coletivas, pois a troca e a interconexão entre as produções são o que movimenta sua elaboração (Couto, 2010).

1. Os bens comuns são aqueles que não contam com atribuição de propriedade específica. Tradicionalmente, o meio ambiente e os recursos naturais são considerados como bens comuns.



A expressão dos jovens ganha novos formatos com a possibilidade de utilizar interativamente diversas mídias, favorecida pelo acesso à internet e a novas tecnologias. Com isso, saem do lugar de espectadores e consumidores e tornam-se produtores de blogs, vídeos, imagens, games, músicas, entre outros. Trabalhando em hipermídia, o jovem reconstrói a noção de tempo, movimento e narratividade. Esses formatos de expressão servem não só para a divulgação de ideias e pensamentos, mas também como instrumento para engajar mais pessoas em assuntos de relevância para seus produtores.

Incentivando seus espectadores a questionamentos, as produções juvenis constituem-se como atos políticos – pois são atos de se fazer presente (Couto, 2010). Essas práticas transbordam obviamente o âmbito digital e coexistem com formas presenciais, como são os coletivos voltados para questões específicas e os saraus nas periferias de São Paulo, onde a organização e a expressão se conformam como atos de resistência.

Aproveitando esse universo cultural, o programa estimula os jovens a contarem suas histórias e as de seus territórios. As experimentações e explorações promovidas desacomodam padrões culturais e conduzem os jovens a novas disponibilidades inventivas de si. A expressão se torna ponto de partida e chegada dos processos criativos, que promovem a capacidade de reflexão e intervenção dos jovens no meio em que vivem.



3.3 Juventudes e desenvolvimento integral

Desenvolvimento integral é um conceito em movimento que apresenta diferentes entendimentos e interpretações, tanto teoricamente como quando utilizado na prática, como base conceitual para projetos, programas e políticas. O Jovens Urbanos parte de duas perspectivas, que dialogam entre si, para definir seu entendimento sobre desenvolvimento e educação integral.

A primeira perspectiva se centra em uma visão integral das pessoas, em que todas as suas dimensões são valorizadas. O desenvolvimento integral nessa perspectiva abrange capacidades físicas, intelectuais, sociais e afetivas. O equilíbrio entre o desenvolvimento das capacidades é que define o desenvolvimento integral.

Alinhado a essa perspectiva, desenvolvimento integral deve ser pensado a partir da proposta de educação integral, que demanda articulação entre os diferentes espaços e atores que trabalham com jovens, incluindo a escola, projetos desenvolvidos pela sociedade civil, equipamentos de cultura, esportes, saúde, assistência social, etc.

Essa rede garante aos jovens condições para seu desenvolvimento, além de possibilitar a ampliação de tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem, já que “na vida cotidiana mesclam-se educação informal, formal e não formal” (Guará, 2009). A escola deixa de estar sozinha no centro do trabalho com crianças e jovens e passa a se articular com os outros atores dessa rede local. A construção desse tipo de estratégia reconhece e incorpora conhecimentos locais, e, ao mesmo tempo, potencializa as redes locais.

O desenvolvimento integral vem se tornando prioridade nas políticas públicas que visam atender crianças e jovens. Ele aparece em leis e políticas públicas de educação e de proteção integral, como a Constituição Federal (CF, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Básica (LDB, 1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Os planos de educação, baseando-se no Plano Nacional de Educação (PNE, 2011-2020), têm preconizado o desenvolvimento integral, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, por exemplo, no PNE 2011-2020, em que podemos encontrar:

“Fomentar a diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores”.



Para enfrentar as complexas demandas das juventudes dos centros urbanos, o Programa Jovens Urbanos se propõe a contribuir nas discussões sobre a educação integral dos jovens. Educação integral entendida como a que proporciona aos jovens autonomia, iniciativa, comunicação e sociabilidade, levando-os ao pleno desenvolvimento pessoal e social.

Nesse sentido, o envolvimento dos jovens com a educação formal é essencial para assegurar ganhos de aprendizagem e conclusão da educação básica. As estratégias metodológicas propostas indicam caminhos concretos para pensar a educação, como é o caso da articulação da rede para a formação dos jovens, a circulação pela cidade e o contato com diferentes profissionais, linguagens e formas de aprendizagem ampliando o repertório de escolha dos jovens.

Para proporcionar condições ao desenvolvimento pleno dos jovens, a educação deve ser concebida a partir da valorização das relações entre os espaços e os atores envolvidos na formação, foco no desenvolvimento de competências e habilidades para a participação na sociedade e no mundo do trabalho.

Uma questão recorrente no debate sobre a oferta de educação integral para os jovens é a distância existente entre os conteúdos da formação e a realidade dos jovens, trazendo à tona a necessidade de reorganização curricular. O Programa Jovens Urbanos traz contribuições para o tema na sua forma de organizar os processos formativos. A aprendizagem é organizada por projetos e experimentações que dialogam com as necessidades e desejos dos jovens no que tange à apropriação de novas habilidades e na realização de intervenções na sua comunidade, que possibilitam maior participação política.



Ao realizar parcerias com organizações e equipamentos locais (escolas, organizações não governamentais, projetos desenvolvidos pela sociedade civil, equipamentos de cultura, esportes, saúde, assistência social), fomenta-se a criação de uma rede local qualificada, que tem como objetivo a educação integral dos jovens.

Por isso o Programa Jovens Urbanos trabalha para formar redes – incluindo a escola, projetos desenvolvidos pela sociedade civil, equipamentos de cultura, esportes, saúde e assistência social – e para incentivar os jovens a elaborarem projetos.

3.4 Os jovens e o direito à cidade

De cada dois habitantes do mundo, atualmente um vive no espaço urbano. A cidade é hoje o espaço da transformação e da cidadania. É a moldura da vida social e das relações e, portanto, um espaço propício à comunicação e à solidariedade. As cidades propiciam relações, acesso a uma diversidade de expressões culturais e tecnológicas, além de conhecimento e informações.



O direito à cidade é muito mais do que a liberdade (e a possibilidade) individual de acessar os recursos urbanos: é o direito de nos transformarmos através da transformação da cidade. Mais do que um direito individual é um direito comum a todos, já que transformar nossas cidades depende inevitavelmente do exercício de poder coletivo (Harvey, 2008) para a produção e plena fruição do espaço social (Lefebvre, 1991). A realização do direito à cidade acontece, portanto, através da apropriação e transformação do espaço urbano pela cidadania.

A questão da mobilidade é essencial para pensar o direito à cidade. As mobilidades urbanas se definem nos deslocamentos cotidianos entre os circuitos que articulam trabalho, moradia, serviços e bens urbanos. Essas mobilidades configuram parte importante da história de vida das pessoas, pois são nesses agenciamentos cotidianos com a cidade que se mobilizam redes, se constroem práticas sociais e se acessam os recursos proporcionados pelas cidades. Essas teias não têm fronteiras fixas e são muito diferenciadas conforme as regiões das cidades e os espaços articulados entre elas.

Assim a questão da mobilidade física ganha relevância frente ao exercício do direito à cidade e à possibilidade de desenvolvimento integral dos jovens. Ao sairmos das redondezas familiares, damos início a uma jornada de encontros com novos padrões e visões, com as misturas que se fazem no trânsito caracteristicamente urbano. A circulação e o contato com a riqueza e a heterogeneidade proporcionados pelas cidades são fundamentais para o desenvolvimento de competências novas e especiais, para a geração de oportunidades e redes de sociabilidade diversas (Telles, 2011).

O Programa Jovens Urbanos entende que as cidades servem de conteúdo para a formação dos jovens. Sua multiplicidade cultural e a infinidade de temas e espaços ampliam a capacidade dos jovens de pensar e agir sobre si mesmos e na cidade. Nesse sentido os processos formativos aparecem ainda mais nitidamente como uma ação que deve estar além dos muros das casas familiares e das escolas. Passam pelo conhecimento aliado à vivência do território e das possibilidades que a cidade nos oferece como cenário para o desenvolvimento da cidadania ativa, que a partir do conhecimento e do sentimento de pertencer a um local – o sentimento de identidade – passa a ter uma ação participativa e transformadora, promovendo um desenvolvimento integral das nossas capacidades.

Entretanto, vivemos atualmente em cidades claramente segregadas, reflexo da desigualdade social e de processos de desenvolvimento urbano desordenados. A segregação espacial impacta diretamente no acesso às oportunidades. Mesmo em cidades menores, onde as distâncias não são determinantes, existem segregações referentes à circulação e ao acesso aos bens materiais e simbólicos das cidades.

As juventudes dos centros urbanos do país têm sido cada vez mais segregadas espacialmente, provocando uma crescente produção de guetos nas periferias das grandes cidades. A inexistência de serviços públicos de qualidade, particularmente de transportes coletivos

eficientes e de locais públicos livres e seguros para circulação, é um exemplo de força atuante na restrição dos deslocamentos juvenis. Assim, a capacidade de ingresso das juventudes pobres em outras formas de sociabilidade se vê bastante diminuída.

Frente a esse contexto, programas de formação voltados à juventude urbana devem aproveitar o potencial das cidades, convidando os jovens a experimentarem vivências em diferentes espaços e equipamentos de suas cidades, promovendo o envolvimento direto das juventudes com diferentes formas de composição: arquiteturas, sistemas produtivos (mundo do trabalho e tecnologias), produções artísticas, modos de vida de grupos sociais, etc. Práticas de circulação na cidade promovem a expansão de relações juvenis e concretizam o usufruto de direitos de bens simbólicos e materiais que as cidades oferecem. Mais do que uma ação de viabilidade de circulação, veem nesse trânsito o reconhecimento e o exercício de um direito: o direito à cidade.

A metodologia do Jovens Urbanos estimula a circulação dos jovens pela cidade e seu encontro com outros atores que conformam a rede do programa. Nesses trajetos os jovens são convidados a investigar e produzir de acordo com seus interesses, consolidando um aprendizado na cidade e com a cidade.

3.5 Trabalho e juventudes

Pensar a relação do jovem com o mundo do trabalho vai muito além da elaboração de estratégias para a inclusão no mercado de trabalho. Entender as motivações juvenis, os desafios impostos à educação e a atual estrutura do mercado de trabalho é fator determinante para uma análise qualificada dessa relação.

Se por um lado o trabalho, para os jovens, está relacionado com a busca de emancipação financeira que possibilite acesso a variados tipos de consumo e de lazer, não podemos ignorar que para a grande maioria dos jovens brasileiros trabalhar é também uma questão de sobrevivência pessoal e familiar. Nesse sentido, a perspectiva de investimento a longo prazo da educação formal confronta diretamente a necessidade imediata de geração de renda.

A economia brasileira apresenta hoje um quadro drasticamente diferente daquele observado durante as “décadas perdidas” de 80 e 90, caracterizadas por estagnação econômica, alta inflação e aumento constante dos níveis de desemprego, desigualdade social e pobreza.



A ampliação e a consolidação, na última década, do investimento em políticas sociais, de transferência e inclusão resultaram em grande mobilidade social, redução expressiva da pobreza, inclusão de milhões de brasileiros no mercado de consumo, ampliação do emprego formal e queda do desemprego e da desigualdade de renda do trabalho.

Apesar de os indicadores sociais e econômicos apresentarem nítida melhora, uma análise mais detalhada indica que a condição de trabalho sofreu profundas alterações, impactando consideravelmente os jovens que entram atualmente no mercado de trabalho.

As mudanças estruturais das relações salariais empreendidas, fundamentalmente durante a década de 90, se caracterizaram pela flexibilização das modalidades de contrato de trabalho na CLT² e pela geração de postos de trabalho sem proteção social e trabalhista, configurando um mercado de trabalho mais propenso à precariedade, rotatividade e instabilidade (Alves & Corsi, 2010).

Ainda, uma análise mais detalhada explicita que a queda observada no nível de desemprego e no aumento do emprego formal não se traduz em aumento de renda e estabilidade. Em primeiro lugar, quase 80% dos postos de trabalho gerados pertencem ao setor terciário da economia, que utiliza mais as modalidades especiais de contrato de trabalho flexível (72%). Em segundo lugar, a maior parte dos postos de trabalho criados a partir do movimento de formalização do vínculo empregatício na década de 2000 é de baixa remuneração (Alves & Corsi, 2010). Essas mudanças afetam em maior proporção os novos ingressantes no mercado de trabalho³.

2. Terceirização ou subcontratação; contrato temporário; contrato de trabalho por prazo indeterminado. 3. Como exemplo, destacamos o movimento de recuperação do emprego na região metropolitana de São Paulo em 2009 (após crise de 2008), no qual a recuperação do emprego esteve centrada nas contratações de jovens com até 24 anos.

Aliadas a essas reestruturações econômicas, presenciamos uma forte transformação tecnológica, que redefine constantemente as demandas do mercado por especializações baseadas no componente Saber, produzindo impacto nas carreiras profissionais. Ainda que os jovens mais vulneráveis sejam os maiores afetados pelas reestruturações econômicas, a nova dinâmica do mercado de trabalho afeta jovens de todas as classes sociais, produzindo um sentimento relacionado ao “medo de sobrar” (Novaes, 2006).

Entretanto, é também necessário refletir sobre a natureza do trabalho. Além da tradicional produção fabril de bens físicos, nossas sociedades se apoiam cada vez mais na produção de bens imateriais, como informação e conhecimento. As dinâmicas produtivas se tornam cada vez mais complexas e diversificadas, demandando novos perfis de profissionais, cuja criatividade e capacidade de adaptação superem os conhecimentos operacionais e especializados. O trabalho envolve cada vez mais a necessidade de articular ideias, inovar e produzir, e gerenciar conteúdos.

Não é por acaso que toda uma esfera da economia passe a se consolidar a partir do referencial da gestão das ideias, a chamada Economia Criativa. Cada vez mais jovens têm protagonizado projetos pessoais voltados para a produção e gestão de cultura e arte. Organizados em coletivos e pequenos empreendimentos independentes, eles têm sido responsáveis por verdadeiras revoluções no campo dos negócios, guiados pela ideia de ganhar a vida fazendo o que gostam, profissionalizando seus *hobbies* e suas paixões. Além disso, as novas formas de produção impactam também na necessidade de reinventar o conceitual relacionado ao trabalho, seja pela indução contínua a novas ocupações, seja pelas modalidades de emprego formal, autônomo, virtual ou pontual.

Nesse contexto, o Programa Jovens Urbanos vem desenvolvendo ações que vão ao encontro desse novo contexto. Considerando que a busca por trabalho é prioritária para jovens em situação de vulnerabilidade (Castro, 2003) e que a formação é imprescindível para um bom posicionamento e maior segurança no mercado de trabalho, é de extrema importância atentar para a complexa relação entre juventude, trabalho e educação. Assim, a articulação entre a educação formal e processos de ampliação do repertório dos jovens se mostra essencial para criar trajetórias que despertem novas perspectivas e reflexões sobre o trabalho, recuperando sua dimensão realizadora.



4. Estratégias metodológicas

Desenvolvimento de metodologia de formação com juventudes

O Programa Jovens Urbanos reconhece que a inclusão plena das juventudes requer pensar e incorporar variáveis que vão além das condições de pobreza e baixas taxas de escolarização. As juventudes se deparam com cenários em que se encontram combinados diversos fatores que afetam diretamente a construção de perspectivas de vida a longo prazo: horizontes de incerteza, baixa expectativa de realização profissional, altos níveis de consumo, baixa mobilidade, entornos de violência, etc.

Além disso, nossa época é marcada pela intensificação do valor da informação e conhecimento, exigindo competências e vivências que vão além do aumento da escolaridade ou da formação profissionalizante. A formação plural, flexível e contextualizada é o grande desafio da educação visando à maior inclusão social dos jovens.

O Programa Jovens Urbanos apresenta uma proposta formativa que expande o espaço, o tempo e os atores envolvidos na formação com os jovens, permitindo a vivência de perspectivas concretas de pertencimento, incluindo o acesso e a integração às instituições de ensino e de proteção social, ao mundo do trabalho, às instâncias e instituições políticas e culturais, etc. Com isso, espera-se promover condições que permitam a ampliação do repertório cultural, social e político necessário à apreensão dos conhecimentos, ao desenvolvimento de competências, à flexibilidade e à capacidade criativa exigida atualmente para a inserção produtiva e para a participação na vida comunitária e política.

Dialogando com essa compreensão do contexto atual em que vivem as juventudes, a concepção educativa do Jovens Urbanos se propõe integral e integrada nos seguintes sentidos:

Concepção Educativa do Programa Jovens Urbanos



Desenvolvimento integral: a formação tem como centro uma visão integral do desenvolvimento humano que prioriza a ampliação de repertório dos jovens. O percurso formativo do programa tem como ponto de partida os referenciais culturais e interesses dos jovens, sua história e seu projeto de vida e se desenvolve no sentido de proporcionar aos jovens uma apropriação efetiva dos espaços, equipamentos, conhecimentos e tecnologias disponíveis na cidade.

Diferentes espaços, tempos e atores: o programa proporciona aos jovens um percurso formativo em diferentes espaços, tempos e com diferentes atores. A circulação nos territórios é uma forma de acesso aos bens materiais e simbólicos que existem na cidade.



Inserção produtiva: o programa propõe uma reflexão crítica sobre o mundo do trabalho que se, por um lado, dialoga com a realidade do mercado de trabalho, modelos e perfis profissionais e suas especificidades locais, por outro, procura ampliar estas possibilidades, diversificar as escolhas dos jovens ampliando suas habilidades profissionais e articulando parcerias com empresas locais.

Participação política: a partir do conhecimento que vão produzindo sobre as cidades, os jovens são provocados a intervir em sua comunidade.



Autonomia: é valorizada a consciência dos jovens sobre o percurso de formação, seus objetivos, opções possíveis e metodologias. Eles são convidados a refletir sobre o processo de formação individual e coletivo. A autogestão ganha força e os grupos podem fortalecer suas habilidades nesse sentido.

Concepção de aprendizagem

Explorar (“ver como é”), Experimentar (“aprender fazendo”), Produzir (“concretizar ideias”) e Expressar (“imprimir a sua marca”) são movimentos indissociáveis da produção de conhecimento. É nessa perspectiva que está baseada a concepção de aprendizagem do Programa Jovens Urbanos.

Este ciclo é proposto pelos educadores, que durante a formação conduzem a vivência dos quatro movimentos com metodologias específicas de acordo com as diferentes necessidades de aprendizagem, enfatizando, quando necessário, um deles. Por exemplo, quando os grupos circulam pela cidade, enfatizam a exploração, mas podem também explorar temas de estudo no início dos espaços de experimentação ou antes de escreverem seus projetos de intervenção. Ao vivenciar este ciclo de diferentes maneiras, os jovens se apropriam dos movimentos e os colocam em prática com autonomia ao planejar futuros projetos e intervenções, levando consigo esta forma de aprender para além da formação.

Esta forma de definir aprendizagem traz em si conceitos do construtivismo, como por exemplo a aprendizagem através da experiência; de Freinet com as aulas-passeio que utilizam a cidade e o entorno como locais de aprendizagem; do conceito da aprendizagem significativa, que investe na relação entre o que os jovens aprendem e suas vidas e seus interesses, para uma aprendizagem mais enriquecedora.



As proposições do programa ganham vida através do desenvolvimento das metodologias: ao circular pela cidade, o direito à cidade é posto em debate e sua importância ganha concretude; a rede de parcerias possibilita acesso a variados equipamentos culturais, históricos e de gestão pública, assim como a ampliação de repertório através das experimentações; a cartografia convida a refletir sobre os territórios de circulação e as relações que permeiam os mesmos.

Concepção de Aprendizagem Jovens Urbanos



EXPLORAR

As explorações são realizadas com o objetivo de ampliar o repertório cultural e social dos jovens, com base na apropriação da cidade e de diferentes tecnologias. Compreendem idas a locais significativos na cidade, sempre com objetivo de observação, pesquisa e entendimento reflexivo sobre os problemas e potenciais das cidades.

A circulação em ambientes das cidades e dos bairros estimula o conhecimento sobre o funcionamento e características das relações sociais, dos equipamentos públicos, serviços e tecnologias existentes. Ao se promover a circulação e o contato intenso com as cidades e suas múltiplas realidades e oportunidades, espera-se estimular novos pontos de vista, ampliar as perspectivas de futuro e desencadear ideias para projetos sociais e pessoais. Assim a exploração de novas realidades estimula a motivação para descobrir e experimentar.

Além disso, ao circular pela cidade os jovens são estimulados a ter uma percepção mais atenta das trajetórias percorridas e das potencialidades e desafios presentes em sua própria comunidade.

“Anda a pé, anda de ônibus, anda de van, vai ao teatro, vai na Av. Paulista, vai na represa, fica sabendo que macumba é um instrumento, sobe e desce o morro, vai ao Morro da Macumba, cria amigos, assiste a filmes, discute e chega a conclusões úteis e inúteis.”

Jovem participante, 5ª edição, São Paulo

“Esta oportunidade que o programa nos deu de circular pela cidade foi maravilhosa. Eu, um jovem de uma comunidade pobre como Vila Paciência, nunca me imaginei entrando no Teatro Municipal e o Programa Jovens Urbanos me deu esse direito.”

Jovem participante, Rio de Janeiro

“Muitos dos jovens que participam do projeto viram que não conheciam o lugar onde moravam e, a partir dessas atividades, puderam ter outro olhar sobre Pouso Alegre, encontrando, inclusive, oportunidades de lazer e cultura.”

Coordenadora Pedagógica – Instituição Executora Pouso Alegre

“Participei de muitas explorações e gostei de todas! Mas em especial do Porto de Itaguaí. Muito importante, também, foi a exploração que fizemos em nossa comunidade, que nos possibilitou um novo jeito de ver as condições em que vivemos. Antes de sermos preparados pelas experimentações, explorações, trajetória que o programa nos ofereceu e a orientação e atenção que Elita [educadora] nos depositou, não tínhamos uma visão das dificuldades que atravessamos.”

Jovem participante, Rio de Janeiro

Explorações na cidade



- Museus;
- Parques e praças;
- Edifícios e locais históricos;
- Edifícios de serviços públicos e de gestão pública;
- Galerias e espaços culturais de exposições;
- Teatros e cinemas;
- Manifestações, seminários e saraus no bairro;
- Circulação pelo bairro;
- Escolas, cursinhos e universidades;
- Emissoras de televisão e de rádio;
- Variados*: ONGs, aeroporto, hospital, clubes, mercados, praias, bibliotecas.

*Lugares visitados pelos jovens.



A circulação dos jovens no contexto do Rio de Janeiro

A experiência do Jovens Urbanos na cidade do Rio de Janeiro trouxe como desafio a noção de territorialidade, afetada fortemente pelo estabelecimento de fronteiras não naturais marcadas pela hostilidade, não apenas entre o centro e a periferia, mas envolvendo tensões também no interior de cada território, por exemplo, no que diz respeito às fronteiras delimitadas pelo tráfico de drogas. A violência na cidade aparece como um fator central de empecilho à circulação dos jovens. Portanto, as ações estratégicas de enfrentamento do problema enfatizaram a participação da juventude na proposição e criação de soluções.

Para os jovens, segundo entrevistas realizadas pela equipe do Jovens Urbanos, a participação no projeto causou o redimensionamento das relações com jovens de outras comunidades, que começaram a ser vistos como iguais, apesar das fronteiras impostas pelo tráfico.

EXPERIMENTAR

O objetivo dos espaços de experimentação promovidos pelo Jovens Urbanos é colocar os jovens em contato com diversas tecnologias, linguagens e estilos profissionais, ampliando seu repertório tecnológico, profissional e engajando-os no processo de realização de um produto (uma exposição fotográfica, uma cena de teatro, um blog, uma coreografia, etc.). O programa busca promover experimentações que partem dos interesses dos jovens e contam com o apoio de assessores tecnológicos que são selecionados por meio de um termo de referência que convoca profissionais de diversas áreas a apresentar propostas de trabalho com os jovens.

As propostas de experimentações dialogam com o mundo do trabalho, políticas públicas, participação nas comunidades e letramento. Além disso, contemplam proposições comprometidas com a sustentabilidade social e ambiental, promovem a circulação pela cidade e atividades vinculadas à leitura e à escrita.



“A experimentação de que participei de cine e vídeo foi uma experiência única. Nunca pensei em participar da projeção de um filme.”

Jovem participante, Rio de Janeiro

“A partir do Jovens Urbanos, eu formei minha companhia de teatro. O que vale para os jovens vale para mim também, para minha formação.”

Assessor tecnológico, São Paulo

“As experimentações e explorações foram experiências muito válidas para o nosso crescimento; agora conheço vários lugares que nunca imaginei conhecer. Por exemplo, a TVE. Foi muito interessante ver como as coisas funcionam por trás das câmeras. Também gostei muito de ter conhecido a FIOCRUZ, o Canal Futura, enfim, todas tiveram sua importância e ficaram guardadas em minha memória.”

Jovem participante, Rio de Janeiro

“Ter participado da experimentação de Inclusão Digital Básico e Avançado, acredito que num futuro bem próximo vai me ajudar a entrar no mercado de trabalho.”

Jovem participante, Rio de Janeiro

“Com as experimentações, eu aprendi que quando nós passamos a ver o que nos interessa de uma forma diferente, tudo coopera para que fique melhor; nos tornamos curiosos.”

Jovem participante, 6ª edição, São Paulo

Eixos tecnológicos – experimentações

Linguagens das Artes

Artes plásticas, construção de brinquedos, música, teatro, dança, ópera, marionetes, circo, cenografia, iluminação, design, contação de histórias.

Intervenção Urbana e Meio Ambiente

Patrimônio histórico, grafite, lambe-lambe, paisagismo/jardinagem e urbanismo, horta comunitária, reúso de água e reinvenções de reúso para resíduos sólidos, reflorestamento e arborização, habitação, revitalização e restauro de imóveis.

Empreendedorismo e Gestão de Negócios

Voltados para a geração de renda e para a produção e implementação de negócios, gastronomia, alimentação e turismo.

Multimeios, Comunicação e Tecnologia

Conteúdo digital, software, jogos, animação, cinema, televisão e rádio, celular, fotografia, revista, fanzine, eletroeletrônicos e robótica.

Produção Cultural

Produção de eventos, exposições, exibição de filmes e campeonatos esportivos.

PRODUZIR

O objetivo da elaboração e implementação de projetos é dar ao jovem a oportunidade de colocar os conhecimentos vivenciados em prática, promovendo uma intervenção na sua comunidade, seja em seu bairro, em sua escola ou em seu território. Essas intervenções proporcionam aos jovens o sentido de pertencimento ao mundo público e o reconhecimento de suas responsabilidades para com o bem coletivo.

O projeto é uma estratégia privilegiada do percurso formativo que reconhece e amplia as possibilidades da juventude participar da vida pública e dialogar com o mundo do trabalho. Os projetos são realizados coletivamente a partir de uma Ideia Jovem e culminam em ações de intervenção na comunidade. Ao realizar um projeto, o jovem é estimulado a sair do lugar de participante para o de proponente de suas ações, aprimorando dessa forma sua capacidade de trabalhar em grupo, de planejar e de concretizar ideias.

Os jovens são estimulados a criar propostas práticas de atuação, mobilização, articulação e intervenção na vida pública de sua comunidade. Os projetos são trabalhados pelos grupos junto aos educadores e contêm objetivo, justificativa, plano de ação e orçamento. O plano de ação articula as habilidades e competências trabalhadas durante todo o percurso formativo e dialoga com a realidade das comunidades que participam.



A partir dessa concepção de projeto, foram pensadas algumas estratégias para possibilitar o desenvolvimento de projetos que incluem recursos, encontros gerais para discussão sobre os projetos com os educadores e a contratação de assessores especializados.

Finalmente, os projetos são apresentados a uma banca para avaliação, que leva em conta os seguintes critérios:

- ser relevante para os jovens
- ser relevante para a comunidade
- ter uma proposta técnica de qualidade
- ter um plano de trabalho bem estruturado
- estar comprometido com os valores e fundamentos do programa
- ter participação efetiva de todos os membros do grupo



“É um programa que ensina a gente como mudar o mundo. Começando pelas nossas pequenas atitudes. A gente não pode querer mudar o mundo, se a gente não mudar o que tá perto da gente. Por exemplo, a gente começou a fazer os planos de ação. Visitar entidades, essas coisas, fazer projetos... Se a gente não for incentivado a fazer isso, a gente não vai ter nenhuma experiência e não vai saber o que fazer amanhã, e o futuro está nas nossas mãos. A gente tem que aprender isso agora para pôr em prática depois.”

Jovem participante, 5ª edição, São Paulo

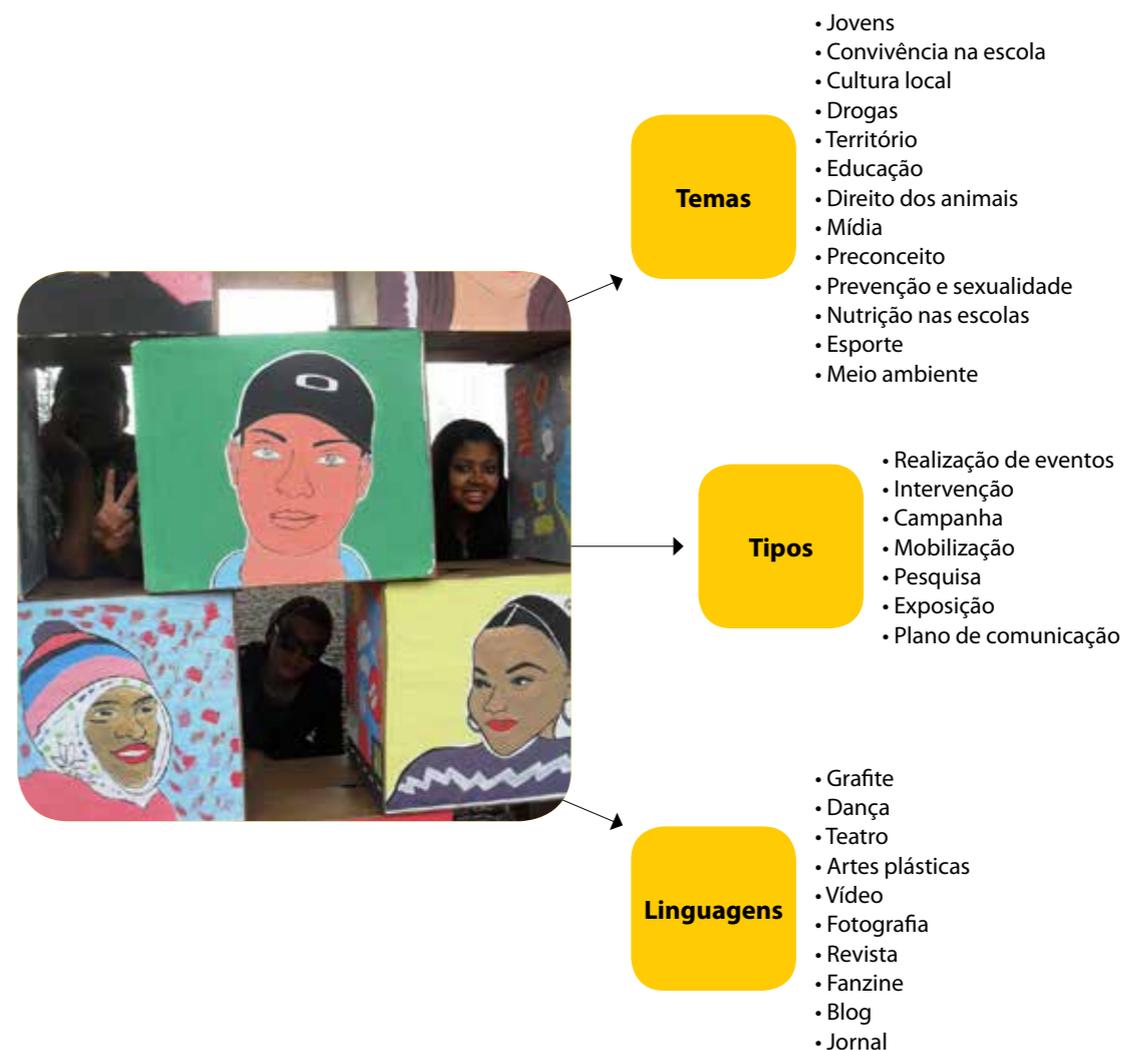
“O que eu mais aprendi foi cidadania. A ser uma pessoa mais cidadã. Esse projeto proporciona a você se aproximar da cidade. Aprendi a fazer muitas coisas em prol da cidade. A gente vai fazer agora um projeto sobre animais, sobre preservação dos animais, castração dos animais que vivem na rua. Tudo isso para melhorar a cidade.”

Jovem participante, Pouso Alegre

“(...) Outro lance legal foi podermos elaborar um projeto na nossa comunidade, partindo das necessidades analisadas por nós. Acredito que os projetos vão dar certo, pois eles estão com a cara dos jovens. Nunca tinha pensado que os jovens pudessem ter essa capacidade de planejar um projeto que pode mudar a vida de algumas pessoas. Mas tudo isso só foi possível porque o Jovens Urbanos acreditou na gente. O programa mudou meu jeito de ver o mundo.”

Jovem participante, Rio de Janeiro

Projetos realizados durante as edições do Programa Jovens Urbanos



EXPRESSAR

O Jovens Urbanos investe em metodologias que estimulam a expressão dos jovens. Como forma de integrar as experiências de aprendizagem, jovens e educadores criam blogs com relatos das atividades, relatórios, fotos e impressões sobre o desenvolvimento do programa. O blog funciona como uma plataforma de registro e sistematização qualitativa, além de contribuir para o letramento e comunicar as famílias e comunidades sobre as atividades desenvolvidas durante o percurso de formação.

“Então a gente pôde ver, a cada sessão, o adolescente descobrindo na internet um microfone muito potente. Onde ele contava coisas do dia a dia. E a gente pôde observar na produção dos blogs que cada blog refletia exatamente o perfil daquele jovem. Em termos de cores, em termos de fotos, em termos de imagens, no assunto retratado. E a gente vê que esse adolescente hoje tem uma sede muito grande, uma sede de aprender, uma sede de viver, uma sede de colocar suas opiniões para fora. E muitas vezes não há espaço para isso.”

Assessor tecnológico, Pouso Alegre, MG

Além dos blogs, os jovens participam de encontros públicos idealizados como um espaço de expressão, participação e integração juvenil. Ao participar do encontro, os participantes compartilham sua experiência e as produções desenvolvidas durante o percurso formativo com jovens e profissionais das outras organizações executoras e demais parceiros da comunidade. Os encontros públicos visam fortalecer a habilidade comunicativa e a participação na vida pública, que por sua vez ampliam a capacidade dos jovens de dialogar com as questões do território e da juventude.

O encontro público é também uma estratégia de fortalecimento e mobilização da rede local, visto que é realizado nos territórios de atuação do programa e organizado pelos profissionais e jovens participantes. Tanto sua estrutura quanto sua programação são definidas a partir das particularidades de cada região e das produções juvenis realizadas durante o percurso formativo.

“Eu acho muito importante esse momento de apresentação, porque toda pessoa tem um dom e por mais que ela tenha vergonha ela tem que demonstrar isso. É uma coisa legal de mostrar isso, é uma coisa bonita. A pessoa tem que colocar para fora e deixar a vergonha de lado.”

Jovem participante, Pouso Alegre, MG



TEMAS DA FORMAÇÃO COM JOVENS

O objetivo principal da formação dos jovens é a ampliação de seu repertório cultural, social e político a partir dos seguintes eixos temáticos: história de vida, cidade, mundo do trabalho e política. Os grupos de jovens participantes do programa transitam pelos temas de acordo com seus interesses e realidades locais, sob a orientação dos educadores. Os temas são sugestões que o programa oferece para que o grupo, jovens e educadores desenvolvam e se aprofundem durante o processo de formação.



EIXOS TEMÁTICOS DA FORMAÇÃO COM JOVENS

História de vida	Cidade	Mundo do trabalho	Política
Biografia e projeto de vida	História da cidade	Economia e trabalho	Jovens como sujeito de direito
Reconhecimento de interesses, potencialidades e habilidades	Urbanismo, habitação	Mercado de trabalho	Políticas públicas para a juventude
Saúde, DST, gravidez e sexualidade	Planejamento urbano	Perfis profissionais e novas oportunidades	Marcos legais (Constituição Federal, ECA, Estatuto da Juventude, etc.)
Identidade e diversidade	Patrimônio material e imaterial	Contextos de trabalho	Movimentos sociais e políticos, coletivos, juvenis e lideranças
Cultura juvenil	Espaços públicos e de lazer	Novas tecnologias	Democracia, participação, política e instância de poder
	Movimentos e espaços culturais	Trabalho em rede e colaborativo	
	Mídia, publicidade e consumo	Empreendedorismo	
	Mobilidade urbana e transporte	Economia criativa	
	Desenvolvimento local e comunitário		
	Meio ambiente		
	Boas experiências		



Cartografia

A investigação cartográfica se apresenta como um eixo transversal do Programa Jovens Urbanos, norteando o trabalho de articulação nos territórios de atuação, a estratégia de formação de educadores e jovens e a gestão e concepção do programa.

A cartografia é um processo de produção de conhecimento, expresso por um conjunto de informações objetivas e subjetivas, que propõe o diálogo e a combinação entre as experiências, interesses, desejos e saberes e as possibilidades de criar, inventar e intervir. A investigação cartográfica busca acompanhar a vida nos seus movimentos e onde ela está acontecendo, onde circulamos, vivemos, aprendemos, produzimos e nos relacionamos (Gouveia, 2006).

Ao acompanhar esses processos em curso, a cartografia convida a uma postura analítica constante da realidade mapeada. Permite não só reconhecer traçados objetivos dos nossos bairros, cidades, deslocamentos e relações, mas também acessar a construção subjetiva dos significados presentes neles. Ao evidenciar as construções de significados presentes nos objetos de investigação, a cartografia permite o reconhecimento das potencialidades pessoais e dos territórios para ativá-las em processos de construção coletiva de conhecimento sobre as realidades locais (Nakano & Egle, 2005).

Nesse processo, a cartografia é uma estratégia que permite articular ações para a experimentação de novas práticas e novos olhares, abrindo possibilidades para a invenção de estratégias para a constituição de novos territórios, outros espaços de vida e relações (Guattari & Rolnik, 2005).

A cartografia relaciona-se com um princípio de investigação que tem o sentido de desnaturalizar e problematizar os significados, provocando nos jovens o “desprendimento” de modelos e proporcionando o “pensar diferentemente”, o reconhecimento da alteridade e dos diferentes modos de viver.

A investigação cartográfica, entendida como uma linguagem que orienta a leitura e a produção de sentidos sobre a realidade dos territórios, possibilita que os jovens se apropriem e se envolvam reflexivamente com o território em toda a sua complexidade: culturas, tecnologias, mundo do trabalho, políticas públicas, diferentes modos de vida e jeitos de ser.



Várias camadas cartográficas são sobrepostas ao longo da formação, tendo como objetos a cidade, as comunidades e a vida do jovem. Essas camadas podem se desdobrar em relações espaciais, relações de poder, espaços profissionais, relações econômicas, espaços formativos, movimentos culturais, história local, história pessoal, cartografia dos desejos, etc.

Na própria concepção e gestão do Programa Jovens Urbanos, a cartografia conduz a uma releitura constante do contexto em que se insere e dos resultados e aprendizagens de cada uma das edições. Além disso, a cartografia também produz efeitos na gestão das organizações locais, como a ampliação de espaços coletivos de planejamento; avaliação das ações e aumento da interlocução das organizações com outros atores da comunidade.



Os objetivos da investigação cartográfica na formação dos jovens

- Considerar o universo juvenil ao explicitar sua história de vida, seus desejos e percepções.
- Produzir um olhar mais atento dos jovens sobre percursos e caminhos rotineiros e sobre culturas habituais.
- Promover o desenvolvimento de sensibilidades e o envolvimento reflexivo dos jovens com os territórios da cidade.
- Conhecer e explorar espaços na cidade onde estão concentradas práticas juvenis, artísticas e tecnológicas relativas ao mundo do trabalho, das políticas, das ciências, de promoção da saúde, de lazer e de esportes para reconhecer e diferenciar seus modos de funcionamento e organização de acordo com cada contexto humano e territorial.
- Promover encontros dos jovens com os territórios da cidade, provocando situações de debate quanto às posições que eles assumem nas práticas e espaços culturais.
- Desenvolver uma leitura pluricultural dos potenciais da cidade.
- Apropriar as singularidades presentes na vida urbana a partir de experimentações de situações urbanas variadas.
- Produzir redes de sentido e de vida renovadas na cidade.
- Provocar o surgimento de novas modalidades de se agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização da vida comum e de autovalorização.
- Incluir os diversos espaços de aprendizagem da comunidade nos projetos educativos, a partir da cartografia dos relacionamentos estabelecidos pelos jovens em seus territórios.

Formação de profissionais

Reconhecendo a importância e o valor do trabalho desenvolvido pelas instituições locais, como também suas possibilidades e limites, o Programa Jovens Urbanos investe na disseminação contínua das metodologias de trabalho com a juventude e no fortalecimento institucional das organizações locais, qualificando a formação técnica de seus profissionais. O programa aposta no fortalecimento das organizações locais como estratégia para a sustentabilidade da rede voltada ao desenvolvimento integral dos jovens nos territórios.

A proposta formativa para os coordenadores e educadores das organizações locais tem como objetivo qualificar a sua atuação no trabalho com a juventude e a gestão local do programa.

A concepção educativa e de aprendizagem da proposta de formação para jovens permeia também a formação dos profissionais. A formação dos profissionais parte do princípio de que, para realizar um trabalho de promoção do desenvolvimento integral e da autonomia dos jovens, é necessário que o seu processo de formação lhes permita vivenciar isso também.

“A etapa de formação foi importante para encher a nossa mala com um pouquinho de bagagem. Cada um já traz a sua bagagem, só que em temas diferentes, em áreas de atuações diferentes. E eu acho que o período de formação foi importante para agregar valor ao que a gente já tem de formação. Com certeza isso foi muito enriquecedor e deu ferramentas para a gente conseguir trabalhar.”

Educadora, Pouso Alegre



PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

O investimento é na promoção de espaços de reflexão e discussão que possibilitem aos educadores e coordenadores locais do programa o reconhecimento dos jovens como grupo social com características específicas, das questões da contemporaneidade que impactam nos jovens, dos dilemas e potencialidades existentes nas cidades e da ampliação de repertório como vetor propulsor para a formação e desenvolvimento integral dos jovens. Essas aspirações se concretizam nos focos temáticos desenvolvidos durante o trabalho com os profissionais.

A proposta formativa do trabalho com os jovens também é explorada durante os encontros com os educadores e os coordenadores, visando à reflexão conceitual sobre as concepções educativas e de aprendizagem e a apropriação das metodologias sugeridas. A proposta do Jovens Urbanos para a formação dos profissionais se concretiza através de encontros pontuais e acompanhamento constante. Os conteúdos listados na figura abaixo estruturam a proposta formativa dos profissionais.

Proposta formativa do Programa Jovens Urbanos para a formação de profissionais



“Para mim foi uma experiência muito diferente, porque, em todas as ações que eu tenho de treinamento e qualificação, elas estão ligadas muito mais ao ambiente profissional. E nesse ambiente, quando a gente fala dos jovens, o jovem é sempre o coadjuvante. A gente fala dele como alguém que ainda vai chegar no mundo do trabalho. No Jovens Urbanos não, no projeto ele é o ator principal. Ele conduz a história, ele já está dando sua opinião, ele está vivendo as ações. Então tudo isso é como se trouxesse o futuro para o presente. A gente deixa as divagações, passa para uma coisa muito mais prática e é um choque de realidade.”

Assessor tecnológico, Pouso Alegre, MG

TEMAS DA FORMAÇÃO COM PROFISSIONAIS

Os temas trabalhados com a equipe de educadores e coordenadores têm relação direta com os que são apresentados por eles aos jovens. Durante a formação dos profissionais, os diferentes temas são explorados de maneira a dar subsídios para que os educadores possam trabalhar com os jovens.

EIXOS TEMÁTICOS DA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS			
Juventude e cultura	Cidade e sustentabilidade	Políticas públicas e participação	Mundo do trabalho e empreendedorismo
Concepções de juventude e cultura	Urbanismo e habitação	Jovens como sujeitos de direito	Mundo do trabalho
Diversidade, identidade e preconceito	Planejamento urbano		Mercado de trabalho
Cultura juvenil	Mobilidade	Políticas públicas para a juventude	Perfis profissionais
Gênero e diversidade sexual	Meio ambiente		Novas oportunidades
Sexualidade	Violência	Marcos legais: Constituição Federal, ECA, Estatuto da Juventude, etc.	Economia criativa
Saúde, gravidez, DSTs e drogas	Empregabilidade		Empreendedorismo
Linguagens das artes	Trabalho em rede e colaborativo	Democracia, participação, política e instâncias de poder	Microcrédito
Movimento e espaços culturais	Desenvolvimento local e comunitário		
Mídia, publicidade e consumo			

Governança em rede

A implementação do programa de maneira compartilhada, através da articulação de uma rede focada na ampliação de oportunidades para os jovens, constitui uma estratégia metodológica importante do Programa Jovens Urbanos.

A rede proposta consiste em um conjunto de relações e associações que permite somar recursos de múltiplas naturezas e potencializa a ação voltada aos jovens. Além disso, a experiência mostra que a rede institucional do programa é sustentável, já que origina novos compromissos e parcerias que ultrapassam seu escopo inicial.

O que possibilita o dinamismo e o comprometimento da rede é o fato de que as parcerias oferecem possibilidades de desenvolvimento institucional para cada um dos parceiros. Ou seja, todos os integrantes da rede conseguem ao mesmo tempo contribuir para a realização do programa e potencializar e qualificar suas próprias ações e finalidades.

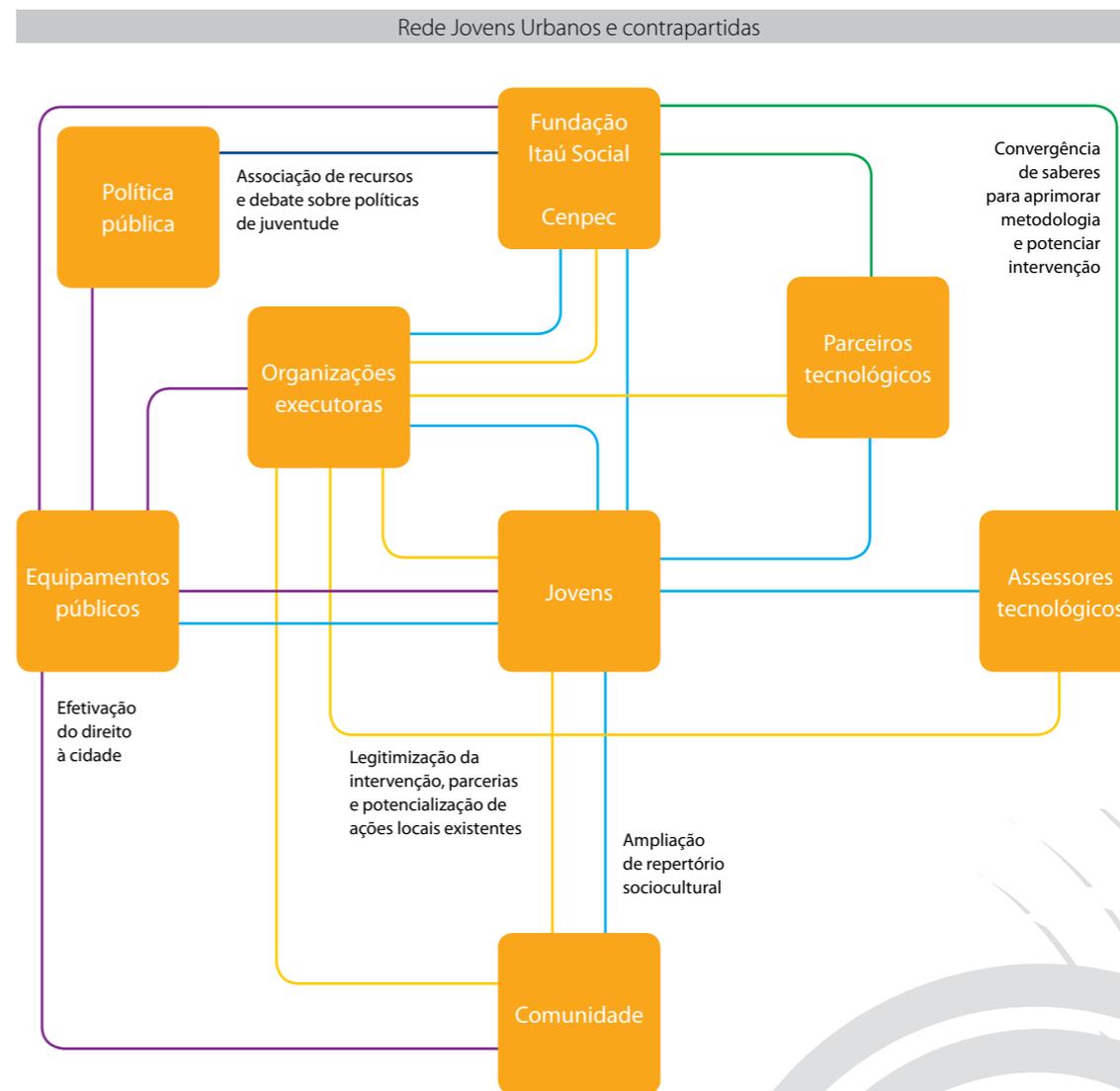


Assim, no caso dos parceiros tecnológicos, que contribuem com a formação dos jovens através de seus múltiplos repertórios e tecnologias, existe uma relação de compartilhamento de conhecimentos, possibilitando o aprimoramento das metodologias de intervenção social de ambas as instituições. A comunidade e as organizações locais dos territórios de atuação podem estabelecer canais de comunicação com os parceiros tecnológicos para demandar ações além do Jovens Urbanos.

Os jovens também podem se organizar e demandar diretamente novas assessorias dos parceiros tecnológicos. A comunidade e as organizações locais, por sua vez, legitimam o acesso ao território, o que possibilita às grandes instituições parceiras do programa ampliarem seu âmbito de intervenção social. Finalmente, as parcerias tecnológicas também carregam a experiência adquirida com o programa para ações voltadas aos jovens em outros territórios.

As organizações locais, ao promover as articulações no interior do território, legitimam ainda mais sua intervenção na comunidade e potencializam novas parcerias. A comunidade, em contrapartida, legitima a ocupação dos espaços públicos e comunitários pelos jovens, bem como suas ações de intervenção, contribuindo também para a potencialização das ações das organizações executoras. Finalmente, junto ao poder público, a relação estabelecida permite somar recursos técnicos e financeiros, contribuindo efetivamente com o fortalecimento das políticas.

A rede potencializa a associação de recursos financeiros públicos e privados, o constante aprimoramento da metodologia de formação, a incorporação de múltiplos saberes educacionais e técnicos e o envolvimento consistente da comunidade com as questões de seu próprio território, já que o cotidiano da formação dos jovens é levado a cabo pelas instituições locais. Envolvendo cada instituição parceira na realização do programa por meio da incorporação de seus próprios interesses e objetivos, abre-se a possibilidade para novos compromissos, parcerias e ações para além do programa.



As parcerias do Programa Jovens Urbanos prezam pela importância dos interesses comuns, intenções compartilhadas e troca entre cada ator da rede. As parcerias estabelecidas devem contribuir para adensar a ação e, também, para o aprimoramento institucional e individual dos parceiros.

O programa é efetivado através de uma ampla rede, composta de:

- **Articulação institucional e estratégica** através de parcerias com o poder público, com organizações experientes no trabalho social com juventude, educação e mercado de trabalho (parcerias institucionais e tecnológicas), com profissionais de múltiplos ramos de atividade e do conhecimento (assessores tecnológicos).
- **Articulação local** através de parcerias para a implementação do programa com organizações situadas nos bairros onde os jovens residem e já envolvidas com as questões sociais da comunidade. Além disso, estimula-se a articulação com equipamentos e serviços públicos locais, comércio e indústria da região, subprefeituras, etc.
- **Instâncias de governança** que se reúnem periodicamente e nas quais participam todos os atores da rede (Comitê Executivo, Comitê Jovem, Conselho de Acompanhamento, Conselho Local, Encontros Ampliados).
- **Gestão compartilhada** das ações do programa, entre organizações locais e a coordenação técnica do programa, buscando atuar de maneira mais qualificada e adequada a cada realidade local, assim como fortalecer a capacidade das ONGs locais de promover a sustentabilidade das suas ações.

Articulação da Rede ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA

A articulação institucional tem como objetivo a integração de instituições que possam responder institucionalmente pela promoção do programa em cada localidade, por meio de decisões políticas, celebração de convênios e contratos de cooperação, aporte de investimentos, execução e acompanhamento das ações formativas com os jovens.

As parcerias tecnológicas são, em geral, instituições cujas contribuições são diretamente direcionadas à metodologia do programa. A articulação com parceiros estratégicos visa ao compartilhamento de metodologias de formação com jovens, assim como à possibilidade de acessar os recursos oferecidos por essas instituições durante as explorações e experimentações de cada edição.

A experiência em articulação de redes e parcerias do Programa Jovens Urbanos demonstra também a importância do caráter aberto de contribuição dos parceiros à rede, podendo concretizar-se em parcerias de diversos tipos: pontuais, de curto, médio ou longo prazo, com ou sem a formalização dos compromissos.

Além disso, as parcerias podem beneficiar-se mutuamente da participação na rede de diferentes maneiras, seja através do aprimoramento metodológico e conceitual dos seus trabalhos com juventude, no caso dos parceiros institucionais de grande porte, seja através da complementaridade de esforços e maior capilaridade territorial, como no caso das redes promovidas pelas organizações executoras locais.

Rede de parceiros tecnológicos Jovens Urbanos

**Articulação local**

A articulação local se baseia no reconhecimento da ação dos atores locais como estratégica para a inserção social e laboral dos jovens, além de garantir maior sustentabilidade das ações formativas nos territórios. Por isso o programa investe no fortalecimento da rede local – formada por equipamentos e serviços públicos; instituições de ensino; organizações e movimentos da sociedade civil; comércio e serviços localizados no território de atuação – com vistas a criar oportunidades de formação e de inserção qualificada no mercado de trabalho e outras ações que dialoguem com as demandas dos jovens de cada localidade. O programa estimula também a aproximação com as famílias dos jovens participantes e a participação de representantes das escolas públicas nas instâncias de governabilidade do programa, buscando legitimar localmente suas práticas e dar sustentabilidade à intervenção dos jovens em suas comunidades.

A experiência proporcionada pela prática das edições do Jovens Urbanos na execução de um programa estruturado em rede trouxe

diversas aprendizagens. O programa construiu várias estratégias para a sustentabilidade e o fortalecimento das organizações locais. Entre elas, destaca-se o trabalho de fortalecimento da capacidade das organizações locais para a articulação da rede local. Outra aprendizagem importante diz respeito à governança participativa, que vem sendo aprimorada a cada edição e tem como objetivo a sustentabilidade das ações e o envolvimento dos parceiros no aprimoramento dos processos do Jovens Urbanos.

A estruturação dessas redes, por sua vez, também traz impactos de diversas naturezas. Se por um lado a estratégia contribui claramente para a sustentação de uma rede de apoio ao desenvolvimento integral e a ampliação do repertório dos jovens, por outro promove laços estáveis de cooperação entre os diversos serviços e equipamentos locais e confere experiência e credibilidade para articulações fora do marco do Programa Jovens Urbanos.

“A gente pode dizer que o programa foi muito importante não só para o jovem, que foi o foco direto da ação, mas para a comunidade como um todo. A metodologia que o programa traz, de propiciar para o jovem acesso à cidade, para que ele conheça oportunidades profissionais, acesso a novas tecnologias, isso tudo traz um desafio para a organização, de ter que levar ações que ela sozinha não tem condição. Então daí ela precisa se abrir, dialogar com outros parceiros, com outros espaços da comunidade, não só para a formação dos jovens, mas para a organização.”

Educador organização executora, São Paulo, 6ª edição



Planejamentos Participativos como estratégia para a articulação local

O Programa Jovens Urbanos, a partir da 7ª edição, em São Paulo, promove um ciclo de oficinas para a elaboração de Planejamentos Participativos como estratégia para impulsionar a ampliação e a potencialização das redes locais de atuação com juventude das organizações executoras do programa. Essa inovação metodológica buscou ampliar e fortalecer a rede local, convidando a parceiros como as escolas públicas, os Centros de Referência em Assistência Social, as Unidades Básicas de Saúde, coletivos jovens e lideranças comunitárias, caminhando no sentido da criação de estratégias conjuntas e territoriais de atenção aos jovens.

O Planejamento Participativo tem como objetivo: (a) diagnosticar a situação dos serviços públicos no território, gerando reflexão sobre os pontos que necessitam maior atenção e (b) apresentar o trabalho realizado pelo Programa Jovens Urbanos no território e construir possibilidades de articulações locais com foco na juventude. Para cumprir com esses objetivos, as oficinas se pautam, metodologicamente, por uma proposta cartográfica, com o intuito de orientar a reflexão sobre a realidade dos territórios.

Participantes dos Planejamentos Participativos (7ª edição)

Para cada uma das oficinas, a organização executora convidou e mobilizou os atores sociais de sua rede local que possuíam relacionamento/trabalhos com juventude. No total, foram mobilizadas cerca de 270 pessoas, representando o poder público, equipamentos públicos locais, sociedade civil ou mesmo moradores da região interessados em colaborar com o programa. Observou-se que quase 50% dos participantes são representantes de organizações da sociedade civil, que, junto com os 20% de participantes individuais (moradores e interessados), conformam a maioria dos participantes. Ainda assim, destacou-se a forte presença de representantes de equipamentos públicos locais (23%) ou do poder público, em geral representantes das subprefeituras (9%).

Com relação ao âmbito de atuação dos participantes, verificou-se um amplo espectro de temáticas abordadas. Um número significativo de participantes atua em temáticas relacionadas à educação, esporte, cultura, assistência social, direito da criança e do adolescente, meio ambiente, temas comunitários em geral e saúde. Também destacou-se a presença de atores atuantes em organizações religiosas, de gênero, relacionados à segurança pública (bases comunitárias), representantes de comércios ou serviços locais, etc.



GOVERNANÇA DA REDE

Para que a constituição da rede seja realmente efetiva e caminhe no sentido de maior autonomia, sustentabilidade e capilaridade, o Programa Jovens Urbanos conta com várias instâncias de governança que estimulam a participação dos diversos atores envolvidos na implementação do programa, garantem maior legitimidade, coesão e transparência às ações e promovem um fluxo permanente de informação, negociação e consenso.

Assim, diversas instâncias de governança apoiam a implementação do programa, promovendo a reflexão contínua sobre os desafios, as aprendizagens e os novos rumos do Jovens Urbanos. Em cada uma delas se debatem temas com finalidades distintas, entretanto a participação dos diversos atores nas diversas instâncias proporciona a fluidez das informações.

O Conselho de Acompanhamento, com dois encontros anuais, reúne todos os atores da rede Jovens Urbanos e é uma instância de monitoramento, consulta e avaliação, servindo como instrumento de gestão e para recomendações técnicas e orientações sobre temáticas estratégicas do programa.

No Comitê Executivo, que se reúne mensalmente com os coordenadores, planejam-se e avaliam-se as ações desenvolvidas com os jovens pelas ONGs. É também no Comitê Executivo que são construídas estratégias para o desenvolvimento do programa, garantindo a comunicação direta com as ONGs e propiciando transparência aos procedimentos técnicos e financeiros do programa.

As oficinas para os Planejamentos Participativos abrem possibilidades para a integração das ações do Programa Jovens Urbanos com as demais ações de juventude existentes nos territórios, buscam aproximar as concepções de juventude entre os atores envolvidos no plano e promovem o debate público sobre juventude no território.

Finalmente, os Encontros Ampliados contam com a participação dos educadores, coordenadores e equipe técnica do programa e trabalham, duas vezes por ano, sobre pautas definidas: a primeira no início da edição, para alinhar e planejar as ações, e a segunda no fim da edição, para avaliação do processo.

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DO PROGRAMA JOVENS URBANOS	
Conselho de Acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendações ao programa • 2 encontros anuais <p>Participam: Fundação Itaú Social, Cenpec, parceiros, assessores e jovens</p>
Comitê Executivo	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento, programação e controle • Encontros mensais <p>Participam: Fundação Itaú Social, Cenpec e coordenadores das ONGs</p>
Planejamento Participativo	<ul style="list-style-type: none"> • Integração de iniciativas do território e envolvimento da comunidade • Acontece no início de cada edição <p>Participa: comunidade</p>
Encontro Ampliado	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e avaliação do processo • 2 encontros anuais <p>Participam: educadores, coordenadores e equipe técnica do Programa Jovens Urbanos</p>

GESTÃO EM REDE

A gestão do Programa Jovens Urbanos se dá de forma compartilhada entre o Cenpec, a Fundação Itaú Social e as organizações parceiras. Cabe à coordenação técnica realizar, ao início de cada edição, uma série de ações preparatórias, que incluem levantamento de dados sobre o território, reconhecimento e seleção de organizações locais executoras do programa e contratação da equipe. A partir desse momento, o trabalho de gestão envolve também as organizações locais. A gestão do programa inclui elaboração e revisão constante dos planos de trabalho, prestação de contas, logística de atividades, relatórios das atividades com jovens, participação e contribuição nas instâncias de governança.

Para tanto, o programa investe em um sólido trabalho de formação para a ampliação do repertório dos profissionais das organizações, incluindo formação, apoio e acompanhamento contínuo. Com essa estratégia, o programa busca intervir da maneira mais qualificada e adequada a cada realidade local, assim como fortalecer a capacidade das organizações locais de promover a sustentabilidade de ações locais voltadas para a juventude e desenvolvimento integral. Dentro dessa perspectiva, o Programa Jovens Urbanos investe na transferência de conhecimentos sobre a articulação da rede local e relações com os parceiros; formação voltada para a gestão das organizações, incorporando questões relacionadas à institucionalidade, e captação de recursos.

O Programa Jovens Urbanos aposta em dois princípios que são fundamentais para explicar sua capacidade de se transformar, se adequar a diferentes territórios e contextos e agregar parceiros diversos na rede que mobiliza: aprendizagem e flexibilidade para responder aos desafios percebidos na prática.

O programa investe fortemente em um processo contínuo de acompanhamento e registro das atividades para alimentar a gestão e a rede do programa com informações sobre desafios, resultados e impactos. Essas informações são utilizadas como subsídio para a reflexão, aperfeiçoamento, tomada de decisões, correções de rumo e revisão de objetivos e estratégias. As informações geradas alimentam também os debates com jovens, educadores e parceiros nas instâncias de participação, servindo como insumo para a reflexão sobre melhorias do programa a cada edição e fortalecendo as instâncias de participação e governança.

“E nós crescemos muito com esse processo não só formativo, como de parceria mesmo. Sentar, conversar, discutir como lidar com esse novo processo dessa nova edição. Nós participamos do processo e não fomos apenas ouvintes ou meros coadjuvantes. A gente participou do processo, discutiu com a equipe técnica. É importante você conhecer a essência de sua raiz. Como que funciona, como se dão as veias locais e a região para que a gente consiga fortalecer o trabalho e também fortalecer a instituição.”

Educador de ONG executora, São Paulo, 6ª edição

A abertura a esse constante processo de reflexão e revisão tem impactos consideráveis na gestão do programa, que deve se mostrar flexível para incorporar soluções aos desafios percebidos e se reestruturar constantemente. A flexibilidade do programa é essencial também para dar conta da sustentação da rede de parceiros, que, por ser muito diversa em seu perfil, traz consigo dinâmicas e demandas variadas.



ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA

Poder público

- Visa qualificar políticas públicas e ampliar o debate voltado à juventude
- Contribui com a maior complementaridade e legitimidade das ações do programa

Parcerias tecnológicas

- Visam à ampliação do repertório, atuando na formação de jovens e educadores
- Contribuem para ampliar o âmbito da intervenção social do parceiro e potencializar suas ações
- Resultam em trocas e aprimoramentos metodológicos

Assessores tecnológicos

- Visam à ampliação de repertório dos jovens, através de oficinas com temáticas variadas
- Contribuem para a convergência de saberes entre os assessores e o programa

ARTICULAÇÃO LOCAL

Equipamentos públicos

- Buscam efetivar as condições para o desenvolvimento integral dos jovens
- Visam à ocupação qualificada de equipamentos e espaços públicos
- Contribuem para efetivar o direito à cidade

Organizações locais

- Visam à legitimidade e sustentabilidade da implementação do programa no território
- A formação e o apoio metodológico e financeiro contribuem para o fortalecimento institucional das organizações

Comunidade local

- Visa à participação da comunidade na formação dos jovens
- Contribui para a articulação de novas parcerias locais
- Visa à ampliação de repertório dos jovens, através de explorações e experimentações

GOVERNANÇA

- Instâncias de governança para apoio à implementação e promoção da reflexão, avaliação e planejamento contínuo do programa
- envolvem toda a rede mobilizada pelo programa
- garantem legitimidade, coesão, transparência e informação

GESTÃO EM REDE

- Entre organizações locais e equipe técnica do Programa Jovens Urbanos e Fundação Itaú Social
- intervenções mais qualificadas e adequadas no território
- fortalecimento de capacidades das organizações locais

5. Disseminação de tecnologia

Atualmente, existe um cenário favorável para tratar o tema juventude: crescimento econômico, governos estaduais articulando esforços para pensar a educação integral e avanços relacionados às políticas de juventude, representados principalmente no Estatuto da Juventude, que orienta a perspectiva dos programas federais. O Programa Jovens Urbanos se insere nesse cenário, propondo estratégias que buscam fortalecer as políticas comprometidas com as questões da juventude, envolvendo atores da sociedade na discussão sobre possibilidades de inserção qualificada para a juventude e, finalmente, construindo redes sociais de apoio ao desenvolvimento integral nas comunidades onde os jovens vivem.

Frente à análise do contexto das juventudes urbanas realizada, as proposições do Jovens Urbanos ganham forma através de suas estratégias metodológicas, sua concepção educativa e seus focos temáticos abordados. Esses elementos se materializam nas metodologias desenvolvidas, que apontam caminhos concretos e efetivos para o desenvolvimento integral, a ampliação sociocultural dos repertórios, a efetivação do direito à cidade e a geração de oportunidades para a juventude.

O Jovens Urbanos conta com uma prática de registro, monitoramento e avaliação contínuos. Isso permite a constante reflexão sobre os formatos e rumos, além de contribuir para a disseminação de sua tecnologia. Nesse sentido, um marco importante foi a publicação, em 2008, do caderno “Jovens Urbanos, Sistematização de uma Metodologia”⁴. Em 2013, é publicado um compêndio com o detalhamento de seus processos e metodologias nos Manuais de Transferência de Tecnologia Social do Programa Jovens Urbanos⁵.

A expectativa do programa para os próximos anos é continuar trabalhando junto às políticas públicas voltadas para a juventude, ampliando e consolidando o diálogo entre as estratégias propostas pelo programa e o desenho dos programas e políticas públicas. Com isso, espera-se contribuir e fortalecer a agenda pública sobre juventude.

4. Disponível em <http://cenpec.org.br/programa-jovens-urbanos>

5. Disponível em www.fundacaoitausocial.org.br



O Programa Jovens Urbanos em diálogo com as políticas públicas voltadas para a juventude

A partir da experiência de cada edição, o Jovens Urbanos mostrou-se flexível no que se refere à adaptação metodológica e à articulação com instituições e programas públicos, atuando no sentido de somar esforços a partir de uma perspectiva diversificada, com propostas provenientes de Secretarias Estaduais e Municipais do Trabalho, do Desenvolvimento e Assistência Social e da Educação. Desde 2004, um dos grandes desafios se centra na construção de modelos gerenciais que se aproximem das políticas públicas e contribuam efetivamente com o fortalecimento das políticas.

O Programa Jovens Urbanos atua há oito anos nos territórios vulneráveis da cidade de São Paulo estabelecendo parcerias com a Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo e com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Em 2007 atuou, com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade do Rio de Janeiro em territórios vulneráveis da zona oeste da capital. Em 2011, iniciou-se um projeto-piloto, na cidade de Pouso Alegre/MG, que contribuiu para o aprimoramento da metodologia do Programa Poupança Jovem. Em 2012, o Jovens Urbanos começou a atuar, junto com a Secretaria de Educação do Espírito Santo, em Serra, município da Grande Vitória.

A experiência do programa vem se aprimorando para responder às diferentes especificidades dos territórios e das políticas públicas setoriais. Seus diversos componentes dialogam com as principais preocupações das políticas públicas nacionais que têm como foco a juventude: a questão da proteção integral; a inserção produtiva do jovem e a ampliação da escolarização. Essa experiência demonstra a viabilidade, mas também os desafios, da parceria entre poder público e terceiro setor na execução e gestão compartilhadas, assim como do papel do terceiro setor no aprimoramento das políticas públicas e disseminação de tecnologias sociais.

Um dos maiores desafios diz respeito à questão da escala. As políticas públicas respondem ao princípio da universalidade, enquanto projetos não governamentais costumam focar-se em localidades ou públicos definidos. Outro desafio relevante diz respeito aos mecanismos de gestão e administração de entes públicos ou não governamentais. A flexibilidade da gestão do Programa Jovens Urbanos é um fator condicionante, que contribui para o apoio das organizações locais e para a articulação das redes. Atores não governamentais contam com mecanismos de gestão e administração mais flexíveis que aqueles regulados pela legislação de órgãos públicos.

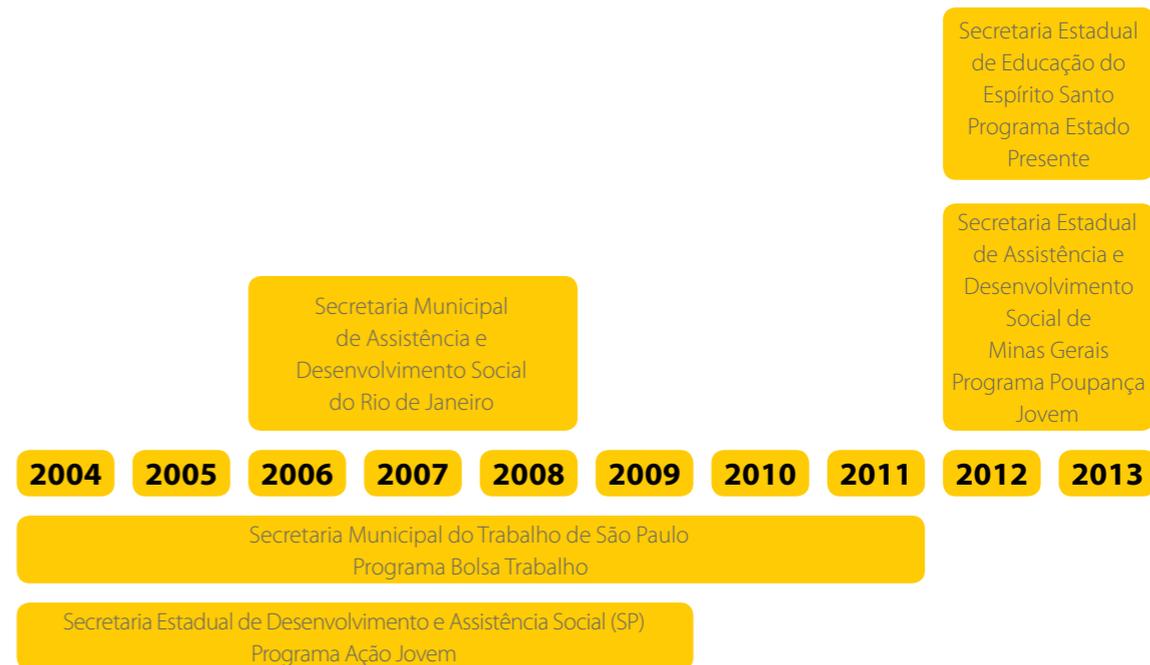


Frente a esses desafios, a experiência da articulação com políticas públicas traz a certeza da importância de alternativas metodológicas em diálogo com os diferentes contextos de implementação. A experiência adquirida nos últimos oito anos vem demonstrando que é possível e necessária uma implementação flexível da proposta, que seja capaz de abrir mão de formatos específicos sem gerar ônus aos princípios, somando experiências e conteúdos às políticas e programas públicos a partir do conhecimento acumulado.

Nas próximas seções contamos um pouco da história do Jovens Urbanos em cada um desses territórios. A figura da página ao lado sintetiza a relação com as diferentes políticas públicas em cada um dos territórios de atuação.



Jovens Urbanos e Políticas Públicas



São Paulo

O Jovens Urbanos em São Paulo atua em bairros com altos índices de vulnerabilidade juvenil. Foram realizadas sete edições em nove bairros situados na periferia da cidade: Brasilândia, Campo Limpo, Grajaú, Lajeado, São Miguel, Jardim Helena, Cidade Ademar, Jardim Ângela e Heliópolis. Atuou em parceria com a Prefeitura da capital e com o Governo do Estado de São Paulo, somando esforços para beneficiar os programas Bolsa Trabalho e Ação Jovem (iniciativas da Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, respectivamente). Ambos proporcionam auxílio pecuniário mensal para jovens em situação de vulnerabilidade com o objetivo de estimular a conclusão da escolaridade básica e fomentar sua participação em projetos que, como o Jovens Urbanos, ampliam o repertório sociocultural dos jovens.

A cidade de São Paulo é fruto de um rápido e desordenado crescimento populacional, apresentando uma das maiores malhas urbanas do mundo. Sua recente urbanização possui peculiaridades que desafiam o processo de implantação de políticas públicas. A concentração demográfica em áreas com pouca infraestrutura urbana vem gerando uma dinâmica de exclusão que afeta principalmente as parcelas mais jovens da população. A combinação entre distância física e carência de estrutura de transporte aumenta o custo da inserção no mercado de trabalho da população e enfraquece os recursos comunitários. A população mais jovem, por sua vez, sofre com a ausência de espaço de lazer, debilidade da rede educacional, de saúde e de precárias condições de trabalho.

A diversidade da dinâmica da cidade e das ações nela realizadas com juventude exigiu da equipe técnica a elaboração de um grande processo de mobilização, prospecção e articulação com diversas organizações que trabalham com juventude na cidade. Essas ações conferem ao programa credibilidade e legitimidade institucional e política na cidade. A característica de maior relevância apontada pelos interlocutores na cidade de São Paulo foi a capacidade de conectar os vários saberes, expertises e instituições públicas e privadas, de forma a potencializar as diferentes ações desenvolvidas e colocar em movimento uma rede social, que, por sua vez, destitui a lógica de competição entre serviços e instituições.

“As instituições precisam umas das outras e as pessoas precisam umas das outras. Então acho que esse programa faz com que a ativação dessas redes se efetive, se amplie pela cidade, de uma maneira que vai criando raízes e outros desdobramentos que têm até um descontrole porque, depois que os jovens entram nesse universo, eles podem continuar estabelecendo relações. E isso é muito bacana, vai criando uma autonomia de relações e ao mesmo tempo outras redes vão se ativando. (...) Impossível a gente ser feliz sozinho, a gente precisa ser feliz junto, que é muito melhor.”

Representante de instituição parceira, São Paulo

“(...) a gente precisou muito interagir com a comunidade, e essa interação propiciou uma formação para os jovens, para a organização (executora) e para o espaço que estava acolhendo essa parceria com o projeto. O projeto deixou grandes marcas nesse período, pra diversas organizações, grupos, coletivos e para a comunidade como um todo. A comunidade virou uma grande sala de aula, onde o jovem pode exercer seu protagonismo, suas ações, e deixar essa marca do programa no bairro.”

Coordenador de ONG executora, São Paulo



Pouso Alegre, Minas Gerais

A experiência do projeto-piloto em Pouso Alegre se destaca por uma característica principal: desde sua concepção, o projeto esteve pensado para dialogar com a dinâmica das políticas públicas, através do Programa Poupança Jovem, estruturando um desenho de transição para o alcance de maior escala e diálogo com as possibilidades de implementação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Assim, a experiência de Pouso Alegre ilumina, a partir da prática, uma série de desafios e possibilidades no que diz respeito à interação entre governo e sociedade civil e a formulação de políticas de juventude

A edição do Jovens Urbanos em Pouso Alegre iniciou-se a partir do interesse do Governo do Estado de Minas Gerais em desenvolver práticas de formação ampliada com jovens. O resultado do projeto-piloto serviu como subsídio para a reformulação do Poupança Jovem, criado em 2007 para atender alunos do ensino médio matriculados nas escolas estaduais de áreas de alto risco social, com o objetivo de conter a evasão escolar e aumentar as taxas de conclusão do ensino médio. O Poupança Jovem disponibiliza atividades extracurriculares e uma poupança que pode ser resgatada após o término do ensino médio, quando comprovada a participação do jovem nas atividades do programa.



A experiência da primeira edição em Pouso Alegre (2011-2012) indicou inéditas possibilidades de articulações locais e a possibilidade efetiva de contribuir para a qualificação dos conteúdos e desenho de um programa governamental. O Poupança Jovem assumiu aprendizados e reflexões geradas a partir da experiência com Pouso Alegre e reformulou sua metodologia, incorporando elementos que buscam fortalecer a autonomia e o protagonismo dos jovens na escolha das atividades que desejam participar e a criação de redes que ampliem os tempos, espaços e conteúdos da vivência do jovem no programa. Em 2012, a Fundação Itaú Social e o Cenpec passaram a assessorar o Governo do Estado de Minas Gerais na formação dos profissionais envolvidos para os demais municípios participantes do Poupança Jovem.

“A gente aprendeu a fazer mais, a gente aprendeu a fazer melhor e com custo menor, que esse é o desafio da questão ética do serviço público, do gasto público. Com a parceria somando experiência, expertise, metodologia e somando esforços, a gente fez mais, fez melhor e gastou menos.”

Representante do Governo Estadual de Minas Gerais – Secretaria de Desenvolvimento Social



Serra, Espírito Santo

O município da Serra constituiu-se nos últimos anos em uma importante frente de expansão econômica e populacional da região metropolitana de Vitória. Contando com uma população de cerca de 390 mil habitantes, o município concentra atualmente o maior parque industrial metropolitano e estadual. Segundo o Mapa da Violência de 2012, Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória (todos municípios da região da Grande Vitória) respondem por 60,5% do total de homicídios do estado do Espírito Santo. Por isso, Serra é um dos territórios considerados prioritários pelo Programa Estado Presente, um conjunto de ações intersetoriais do Governo do Espírito Santo que pretende levar às comunidades menos favorecidas ações de cidadania e combate à violência e criminalidade. O Jovens Urbanos é uma das ações que a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo está promovendo dentro do marco do Estado Presente.

Um aspecto importante da atuação em Serra é o trabalho de articulação com as escolas públicas estaduais. Assim, dentro do marco de atuação, está prevista a discussão permanente entre as equipes técnicas da Secretaria Estadual de Educação e do Programa Jovens Urbanos sobre modelos de educação integral para jovens do ensino médio. Para a implementação do programa em Serra, foi prevista uma agenda de formação profissional considerando as premissas

das políticas públicas para a juventude e, em especial, do Programa Estado Presente. Os processos formativos acontecem nas escolas de ensino médio em Serra, fortalecendo assim a aproximação com os profissionais da educação. Ainda, em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura, a equipe técnica está construindo modelos de sistematização das práticas de trabalho com a juventude.

O Jovens Urbanos formou 480 jovens de 15 a 20 anos regularmente matriculados na rede estadual de ensino e constituiu uma rede de parcerias composta por escolas da rede estadual, órgãos de comunicação, secretarias, universidades, além dos assessores tecnológicos responsáveis pela realização das experimentações.

“Os jovens passaram a conhecer a região onde eles moram, quem são eles... e o projeto exigiu deles uma participação comunitária, um envolvimento com a sociedade, eles descobrindo as dificuldades, mas também as boas possibilidades que eles têm de crescer ali, como cidadãos, como profissionais e como pessoas.”

Representante do Governo Estadual do Espírito Santo, Secretaria de Educação



Rio de Janeiro

A experiência do Jovens Urbanos na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, se constituiu como campo fértil para importantes inovações. A realidade carioca, com seus desafios e peculiaridades, exigiu que a coordenação técnica lançasse mão de diferentes propostas de parcerização, o que demonstrou ser de vital importância para a execução do programa, garantindo não apenas legitimidade pública, como suporte institucional, político e técnico às ações desenvolvidas.

O programa atuou em quatro comunidades da Zona Oeste e Norte da capital carioca: Santa Cruz, Campo Grande, Inhoaíba e Manguinhos. A violência na cidade aparece como um fator central de empecilho à circulação dos jovens. O reconhecimento de que a noção de territorialidade no Rio de Janeiro é afetada fortemente pelo estabelecimento de fronteiras não naturais marcadas pela hostilidade também foi fundamental para a implementação do programa.

As ações promovidas procuraram resgatar a autoestima desses jovens e promover a circulação do jovem por espaços geográficos pouco conhecidos ou experimentados. Os aspectos mais destacados pelos participantes em suas avaliações foram aqueles relacionados



às condições do cotidiano da vida dos jovens, tais como: resgatar a importância do estudo e/ou a volta para a escola, ampliar as percepções sobre a própria comunidade ou sobre áreas mais distantes (o centro da cidade do Rio de Janeiro, em especial), apresentar novas dimensões do mundo do trabalho, propiciar novas possibilidades de deslocamento, apropriando-se do espaço público, entre outros. Para os jovens a participação no projeto parece ter significado a apropriação dos espaços em que circulam ou moram. As relações com jovens de outras comunidades também foram redimensionadas, apesar das fronteiras impostas pelo tráfico.

“Eu gostei de conhecer jovens de outros lugares. Tenho amigo até hoje. São jovens até mesmo de Manguinhos, que antes eu não falava mas agora falo. Eu não falava porque eu não ia com a cara. Tinha uma menina que eu odiava, mas depois que eu entrei pro curso a gente agora é amigona.”

Jovem participante, edição Rio de Janeiro



AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Como mencionado anteriormente, o Jovens Urbanos conta com uma prática sistemática de registro, monitoramento e avaliação de suas atividades. Esses são instrumentos que iluminam a reflexão sobre a eficiência e a eficácia do programa, além de proporcionar insumos para melhorar futuras intervenções.

A avaliação cumpre também um papel fundamental para a disseminação da tecnologia do Jovens Urbanos e complementa o sistema de construção de políticas públicas com informações pertinentes sobre a validade das atuações. Ao pensar o aumento da escala de atuação do programa, através do diálogo com as políticas públicas, é de fundamental importância avaliar se há consecução dos resultados esperados.

O Jovens Urbanos contou, no ano de 2009, com uma avaliação de impacto, conduzida por uma equipe avaliadora externa. A avaliação tinha como objetivo verificar o impacto, a curto prazo, do Jovens Urbanos na vida dos jovens que concluíram o programa em 2008. Por impacto entende-se a parcela de resultado ou de transformação que pode ser realmente atribuída ao programa. Para estabelecer o nexos de causalidade, a pesquisa entrevistou 589 jovens: aproximadamente metade deles havia concluído o programa e a outra metade havia se inscrito, mas não chegou a participar ou concluir. Dessa forma, foi possível medir o impacto das ações na vida dos jovens participantes, comparando-os com outros jovens com o mesmo perfil.

Os resultados da avaliação mostraram que o Programa Jovens Urbanos foi capaz de influenciar de forma positiva a inserção desses jovens no mercado de trabalho, captada pelo aumento na renda pessoal (impacto de R\$ 114,00) e aumento do índice de empregabilidade (16,9 pontos percentuais). Os participantes apresentaram também maior engajamento em movimentos sociais e na realização de cursos profissionalizantes e capacitação profissional, que podem ser uma boa opção para esses jovens se qualificarem. Também foram analisados alguns aspectos gerais da vida do jovem, sendo registrado impacto positivo sobre a frequência de leitura de jornais, revistas e/ou livros. Finalmente, os jovens egressos apresentaram maior segurança em habilidades como falar e se expressar bem, pensar soluções inovadoras e escrever e entender textos.

6. Bibliografia consultada

Alves, G., & Corsi, F. (2010). Precarização do trabalho e nova precariedade salarial no Brasil na década de 2000 – Da tessitura da redundância à intermitência da contingência salarial. In: E. Toledo & J. Neffa, Trabajo y Modelos Productivos en America Latina (pp. 231-258). Buenos Aires: CLACSO.

Castro, M. G. (2003). Alcance e Limites das Políticas de Identidade. Democracia Viva, 19, 12-21.

Couto, H.H.O.G. (2010). TIC e Educação: um estudo sobre vídeos compartilhados pelos jovens. In: Congreso Iberoamericano de Educación Metas 2021. Buenos Aires, setembro de 2010.

Fundação Itaú Social/Cenpec (2008). Jovens Urbanos Sistematização de uma Metodologia. São Paulo: Fundação Itaú Social/Cenpec.

Fundação Itaú Social e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2011). Tendências para a Educação Integral. São Paulo: Fundação Itaú Social – Cenpec.

Goulart, M. A. (2008). A intersectorialidade no contexto da educação integral. In: M. D. Educação, Educação Integral (Vol. 13, pp. 17-20). Ministério da Educação.

Gouveia, M. J. (2006). Cartografia como instrumento da pedagogia social. I Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Guará, I. M. (2009). Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. Em Aberto (80), 65-81.

Guattari, F. & Rolnik, R. (2005). Micropolítica. Cartografias do desejo. Petropolis: Vozes.

Harvey, D. (2008). The right to the city. New Left Review (53), 23-40.

IBGE (2008). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso em 28 de fevereiro de 2013, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>

IBGE (2011). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso em 28 de fevereiro de 2013, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>

Lefebvre, H. (1991). O direito à cidade (R. Frias, Trad.) São Paulo: Moraes.

Mandelli, M. (30 de agosto de 2012). Após divulgação de baixo Ideb, MEC estuda mudar a base curricular do ensino médio. Acesso em 10

de outubro de 2012, disponível em Todos pela Educação:
<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/23912/mec-estuda-mudar-a-base-curricular-do-ensino-medio/>

Nakano, K. & Egle, V. (2005). A perspectiva da investigação cartográfica. Mimeo.

Neri, M. C. (2009). O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.

Novaes, R. (2006). Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida (2).

Ribeiro, E. & Lânes, P. (2006). Diálogo nacional para uma política pública de juventude. São Paulo e Rio de Janeiro: Pólis e IBase.

Safatle, V. (3 de julho de 2012). A juventude perdeu o medo do capitalismo. (G. Z. Beatriz Macruz, entrevistador):
<http://www.outraspalavras.net/2012/07/03/safatle-juventude-perdeu-o-medo-do-capitalismo/>

Sposito, M. & Carrano, P. C. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, 24-39.

Telles, V. D. (2011). A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argvmentvm.

7. Webs de interesse

Fundação Itaú Social

<http://www.fundacaoitausocial.org.br>

Portal Cenpec

<http://www.cenpec.org.br>

Educação + Participação = Educação Integral

<http://www.educacaoeparticipacao.org.br>





Jovens Urbanos



Coordenação Técnica

Iniciativa

